



Jesmael Grams

**REPERCUSSÃO ECONOMICA DA VINCULAÇÃO DOS
IMPOSTOS NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL**

Horizontina

2014

Jesmael Grams

**REPERCUSSÃO ECONOMICA DA VINCULAÇÃO DOS IMPOSTOS
NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, pelo Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR).

ORIENTADOR: Esp. Tiago Neu Jardim

Horizontina

2014

**FAHOR - FACULDADE HORIZONTALINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

**“Repercussão econômica da vinculação dos impostos no desenvolvimento do
Brasil”**

Elaborada por:

Jesmael Grams

como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas

Aprovado em: 08/12/2014

Pela Comissão Examinadora

**Esp. Tiago Neu Jardim
Presidente da Comissão Examinadora - Orientador**

**M^a Karine Daiane Zingler
FAHOR – Faculdade Horizontina**

**Esp. Ivete Linn Ruppenthal
FAHOR – Faculdade Horizontina**

**Horizontina
2014**

AGRADECIMENTO

Agradeço, de forma geral, a todas as pessoas que gastaram suas forças conjuntamente com o meu empenho na busca pelo título de Economista. Ao meu Orientador Prof. Tiago Neu Jardim e ao meu Co-orientador Prof. Stephan Sawitzki. Agradeço também a minha família, alicerce nosso que nos direciona ao mundo. A minha namorada Sheila que foi muito paciente nessa etapa, e aos meus amigos, pois quando os mais precisei, estiveram do meu lado, sempre.

“É raro encontrar independência de espírito ou força de caráter entre aqueles que não confiam na sua capacidade de abrir caminho pelo próprio esforço.”

Friedrich Hayek

RESUMO

Em um ambiente democrático, o processo orçamentário e tributário deve refletir da forma mais prática possível. As tomadas de decisão dos três poderes impactam diretamente em nosso cotidiano, qual seja a forma mais indireta for. Em suma, a boa governança pública decide o comportamento macroeconômico do país, que nesse caso, estudou-se o Brasil. Impostos são espécies tributárias que fazem parte das receitas públicas. Essas receitas se destinam novamente ao povo, através da aplicação de serviços e investimentos. É um jogo recíproco, o cidadão envia o dinheiro, e o recebe em forma de bens e serviços. Na teoria é explanado dessa maneira, e na prática? No Brasil, o nível de arrecadação de impostos possui força-motriz para rumar ao desenvolvimento de forma sustentável. Os setores produtivos geram impostos, e é questionável o retorno obrigatório de certa parte desses recursos originados para o mesmo. Dessa forma, a pesquisa foi realizada com o objetivo de mostrar um cenário promissor para a vinculação de impostos a setores produtivos, e qual seria esse impacto. A metodologia aplicada se resultou em cálculos econométricos nas quais os setores produtivos selecionados pelo autor destinam explicar o desenvolvimento do PIB. O resultado foi satisfatório e muito amplo para futuras discussões sobre o modelo empregado, pois a maneira na qual o governo aplica as suas receitas e o modelo aplicado garantiu que o mesmo poderia sofrer alterações e colaborar para o desenvolvimento da União de forma geral.

Palavras-chave: Vinculação. Impostos. Recursos

ABSTRACT

In a democratic environment, the budget and tax process should reflect the most practical way possible. The decision-making powers of the three direct impact on our daily lives, which is the most indirect way is. In short, good public governance decides the macroeconomic behavior of the country, in this case, we studied Brazil. Taxes are dependent species that are part of government revenue. These recipes are designed again to the people, through the application of services and investments. It is an interplay, citizens send money and receive it in the form of goods and services. In theory is explained in this way, and in practice? In Brazil, the tax collection level has driving force to head to development in a sustainable way. The productive sectors generate taxes, and it is questionable compulsory return of some of these funds originated for the same. Thus, the research was conducted with the aim of showing a promising scenario to bind tax the productive sectors, and what would be the impact. The applied methodology resulted in econometric calculations in which the productive sectors selected by the author intended to explain the development of GDP. The result was satisfactory and very broad for future discussions on the model used, because the way in which the government applies its revenue and the model applied assured that it could change and contribute to the development of general Union.

Keywords: Taxes, Linking, Resources

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Posição do Brasil acerca do Estudo - 2008 a 2012.....	46
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Competência Tributária Impositiva segundo a Constituição	17
Quadro 2: Funcionamento da LOA, LDO e PPA	25
Quadro 3: Cálculo de Indicador - IRBES	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Projeção de perdas com a DRU implementada à educação em 2003	21
Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	28
Tabela 3: Teste de significância estatística e Equação do Modelo	42
Tabela 4: Índice de confiabilidade das variáveis aprovadas no teste de hipóteses...	43
Tabela 5: Classificação jurídica – Impostos de competência federal	47
Tabela 6: Arrecadação IOF e IR (Em R\$) (Dados corrigidos com base IGPM-DI de out/14)	48
Tabela 7: Simulação de 1% versus retorno esperado. (Em R\$).....	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Carga Tributária: Brasil X Outros Países 2013 em percentual	29
Gráfico 2: PIB per Capita: Brasil X Outros Países de 2013 em US\$.....	30
Gráfico 3: Arrecadação federal de 2000 a 2010 em R\$ (Valores atualizados com base no IGPM-DI out/14)	35
Gráfico 4:Relação de arrecadação x investimento de 2000 a 2010 em (R\$) (Valores atualizados com base no IGPM-DI out/14).....	36
Gráfico 5: Coeficiente de retorno de cada unidade adicionada ao Produto Interno Bruto (PIB) Em R\$	44
Gráfico 6: Coeficientes relacionados aos Impostos de Renda e Imposto sobre Operações Financeiras (Em R\$).....	49

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Gastos com Habitação Explicando o PIB.....	54
Anexo 2: Gastos com Ciência e Tecnologia explicando O PIB	55
Anexo 3: Gastos com Agricultura explicando O PIB	56
Anexo 4: Gastos com Indústria explicando o PIB.....	57
Anexo 5: Gastos com Comunicação explicando o PIB	58
Anexo 6: Gastos com Transporte explicando o PIB	59
Anexo 7: Gastos Com Defesa Explicando o PIB.....	60
Anexo 8: Investimento Federal nos setores produtivos em R\$ (Valores atualizados com base no IGPM-Di Out/14)	61

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1	O CONCEITO DE IMPOSTO E A SUA FUNÇÃO	15
2.2	A VINCULAÇÃO DE IMPOSTOS NA SAÚDE E EDUCAÇÃO	18
2.3	O PODER EXECUTIVO E AS SUAS FUNÇÕES.....	22
2.4	ORÇAMENTOS	23
2.5	DESENVOLVIMENTO COMO GOVERNANÇA	26
2.6	ANÁLISE MACROECONOMICA DO BRASIL	27
2.7	A RELAÇÃO ENTRE GASTO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO – A QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO	32
3	METODOLOGIA	37
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
4.1	ANÁLISE DAS VARIÁVEIS	42
4.2	APLICAÇÃO DOS TRIBUTOS AOS SETORES	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	ANEXOS	53
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

1 INTRODUÇÃO

No atual momento, o vocábulo “sustentabilidade” vigora com clamor nas mentes do atual século. Torna-se importante o uso adequado dos recursos disponíveis para uma nação se desenvolver. Desenvolvimento surge diretamente da alocação eficiente e da gestão da governança a qual o Estado direciona.

Os bens e serviços que o cidadão pode encontrar em um governo democrático são ofertados de duas maneiras, ou pelo setor público, ou privado. Quando essa busca se situa na esfera pública, os bens e serviços são geridos pela arrecadação de impostos que o cidadão paga. Na teoria, é uma troca justa, porém na prática, é nítida a complexidade que essa relação apresenta para os países, no caso o Brasil, que é o foco da pesquisa.

A economia pública brasileira bate recorde em gastos e arrecadações dos contribuintes ano a ano, e em 2013 não foi diferente. De janeiro a dezembro de 2013, foram enviados aos cofres públicos 1 trilhão e 702 bilhões aproximadamente, segundo dados do impostômetro (2014). Em 2012, o valor foi de 200 bilhões abaixo do valor de 2013. Não raro, paga-se, por exemplo, cerca de 50% de impostos na conta de luz, e 53% na de gasolina segundo a FIEP (2013).

Chega-se a ser nítida e de fácil presunção a realidade tributária do país e a sua destinação falha dos impostos para retorno ao povo. Em média, o imposto pago pelo trabalhador assalariado brasileiro se refere ao seu trabalho braçal de 4 meses/ano.

Diretrizes impostas pela Constituição Federal se resumem a falta de planejamento em longo prazo e a liberalização de investimentos a setores que demoram anos para serem concluídos. Como por exemplo, o Brasil é o 2º país na América Latina com a maior carga tributária, sendo essa 36,3% do PIB nacional e a maior carga entre os BRICS (grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (2014).

O Brasil possui carga tributária de país desenvolvido, ao passo que seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de subdesenvolvido. A discrepância entre o pagamento de impostos e o retorno à sociedade são agravantes. Contas públicas desequilibradas ocasionando gastos improdutivos, desequilíbrio fiscal e o escalonamento de tarefas entre os três poderes podem ser causas concretas nas quais a administração da máquina pública necessita de melhorias.

Designa-se ao estudo dessa pesquisa a vinculação de impostos para setores produtivos. Em quais pontos e variáveis os impostos de natureza não vinculados influenciam o desenvolvimento da União, e se a natureza dos mesmos fosse vinculada a respectivos setores?

A importância da pesquisa se deve a análise crítica da mudança do cenário da tributação do Brasil. A partir de então, divide-se em impostos em 2 grupos: esses, que na sua natureza tem vinculação a destinação de capital a determinados setores, e aqueles que não são vinculados nem são destinados a origem do fato gerador.

Nesse contexto, o presente estudo tem como problema de pesquisa a investigação da seguinte questão: que poderia mudar a realidade do país se certos impostos fossem vinculados a setores produtivos? Seria viável para o Governo conseguir sustentar a máquina pública com essa política inovadora? Os impostos tratados dessa forma beneficiaria o Brasil de forma positiva?

O objetivo geral é alinhar de forma sistemática a destinação desses impostos a setores produtivos para o desenvolvimento do país. A qualidade do gasto público implica diretamente aos gastos produtivos. Neles, os gastos facilitam com que o povo e as empresas sejam beneficiados, gerando crescimento e desenvolvimento no longo prazo.

Os objetivos específicos são: Identificar o potencial de arrecadação não vinculada na competência federal do Brasil; as possíveis falhas de destinação de capital perante a tributação não vinculada e os possíveis setores produtivos que se beneficiariam dos impostos não vinculados se os mesmos fossem vinculados.

A partir desse estudo, torna-se possível destacar a relevância da relação do governo com todo o contexto social, político e econômico do país. A motivação para a realização dessa pesquisa baseou-se na necessidade por um governo que seja recíproco com seu povo.

A primeira parte desse estudo contém o material teórico sobre a questão tributária brasileira, as competências desses tributos regidas por lei e o papel do Estado nesse quesito. No capítulo 2 são levantados os conceitos de governança e as funções do Poder Executivo. No capítulo 3 é englobado ao trabalho análise do setor macroeconômico Brasileiro, e finalizando a parte teórica, a indagação sobre a qualidade do gasto público. Adiante, tem-se a parte metodológica que expõe o cálculo econométrico de progressão linear simples realizado para comprovar a veracidade da questão em foco no trabalho.

O trabalho empírico possibilitou trazer muitas evidências sobre a vinculação dos impostos aos setores-chave da economia e contribuiu para a identificação do desenvolvimento do país se essa metodologia fosse aplicada. Constataram-se resultados satisfatórios e a sugestão de um adendo na metodologia tributária atual, que é a conclusão dessa pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para determinar o funcionamento da máquina pública e os direitos do cidadão através da arrecadação de impostos, é necessário compreender diversos fatores que entram em questão nessa pesquisa. A divisão categórica dos impostos, a sua vinculação perante a lei brasileira, a competência tributária dos estados e municípios, e o sistema de governança serão expostos adiante.

2.1 O CONCEITO DE IMPOSTO E A SUA FUNÇÃO

Segundo o art.3º do Código Tributário Nacional, por tributo, entende-se toda prestação pecuniária compulsória em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Os impostos estão posicionados em todas as atividades do Ser Humano no mundo contemporâneo, contribuímos em toda e qualquer atividade indireta e direta para o Estado poder proporcionar os setores, para não salvo, retomar novamente ao cidadão em bens e serviços.

Sabe-se que tais tributos são necessários e indispensáveis para o Estado e para o cidadão. O cidadão custeia as atividades do Estado, e para o cidadão, deve ser retornado o seu valor contribuído em bens e serviços públicos, como estradas, escolas, hospitais, educação, e assim por diante.

Pode se dizer que os tributos possuem três funções, segundo o Código Tributário Nacional (2014)

Fiscal (arrecadação de recursos financeiros para o Estado);

a) Extrafiscal (interferência estatal no domínio econômico); e

b) Parafiscal (arrecadação de recursos para atividades que, apesar de não serem funções próprias do Estado, este as desenvolve por meio de entidades específicas).

Em relação a sua natureza, existem três tipos de tributos, podendo ser assim classificados:

a) Imposto – Prestação pecuniária compulsória, instituída por lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada (Art.3 CTN)

- b) Taxas: cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- c) Contribuições de Melhoria; tributo cuja obrigação tem por fato gerador que representa um benefício especial auferido pelo contribuinte. (Art. 45 CN)

É notável de casos na qual os impostos não são retornados para a população de forma eficiente como o esperado. Isso, na literatura econômica, é chamado de “problema de repasse de impostos” (*tax shifting*), inclusive para a destinação de impostos indiretos, na qual não se tem o setor designado para a manutenção através do capital pago.

Quanto à vinculação dos mesmos, podem ser classificados em diretos e indiretos, vinculados e não vinculados. Em sua função de vinculação, são tributos vinculados aqueles que têm por finalidade o fato gerador de uma atividade estatal voltada ao contribuinte de forma direta, ou seja, as taxas e contribuições são impostos de natureza vinculada.

O Imposto indireto é o tipo de imposto que incide sobre mercadorias e serviços, sendo a base tributária o valor de compra e venda. Já o imposto direto, como faz jus ao nome, é pago diretamente ao governo, cobrado sem intermediação aos consumidores ou empresas.

De acordo com a Constituição Federal, os tributos, além de ter a sua sistemática em direção e vinculação, a união, os estados e municípios têm a sua competência para arrecadar e administrar os impostos selecionados. Segue abaixo quadro com a competência dos principais impostos.

Quadro 1: Competência Tributária Impositiva segundo a Constituição

Competência	Impostos
UNIÃO	<ul style="list-style-type: none"> sobre operações do comércio exterior – sobre importações (II) e exportações (IE) de produtos e serviços sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) sobre produtos industrializados (IPI): imposto sobre valor agregado incidente sobre produtos manufaturados sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF) sobre a propriedade territorial rural (ITR)
ESTADOS e DISTRITO FEDERAL	<ul style="list-style-type: none"> de transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD) sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS): imposto sobre valor agregado incidente sobre bens em geral e alguns serviços sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA)
MUNICÍPIOS e DISTRITO FEDERAL	<ul style="list-style-type: none"> de propriedade predial e territorial urbana (IPTU) sobre a transmissão <i>inter vivos</i>, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI) sobre serviços de qualquer natureza (ISS): excluídos aqueles tributados pelo ICMS

Fonte: Receita Federal do Brasil (2014)

A Competência Tributária Impositiva é o poder concedido pela Constituição Federal (CF) aos entes federativos para criarem, instituírem e majorarem os impostos. A CF não cria o tributo, pois esta apenas outorga o poder para os entes federativos competir com os direitos. Segundo CARRAZA (2005, p.3), expõe abaixo:

As pessoas políticas possuem uma série de competências. Dentre elas, ocupa posição de destaque a competência tributária, que, adiantamos, é a faculdade de editar leis que criem, *in abstracto*, tributos. Trata-se de uma competência originária, que busca seu fundamento de validade na própria Constituição.

Do ponto de vista da arrecadação, na qual o contribuinte repassa ao município, estado e esfera federal, os impostos são classificados em diretos e indiretos. Os impostos diretos são, por sua natureza, tributos que incidem diretamente ao seu rendimento, seja das pessoas físicas quanto jurídicas. O Imposto sobre a renda é um imposto direto, pois ele é retido diretamente do seu rendimento (salário), quanto maior o seu salário, maior o imposto de renda que pagará devido a aplicação da alíquota.

Impostos indiretos são, por sua natureza, tributos que incidem sobre o consumo ou a despesa, incidem sobre a generalidade dos bens que consumimos

certo espaço de tempo, seja diário, mensal, ou anual. O ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) é um exemplo de imposto direto, pois coincide com o seu consumo/compra de determinado bem, com isso, a tributação é realizada conforme alíquota percentual de acordo com o valor do produto adquirido.

2.2 A VINCULAÇÃO DE IMPOSTOS NA SAÚDE E EDUCAÇÃO

Segundo a Constituição Federal, temos o seguinte artigo que cita a vinculação dos impostos sobre a saúde e educação:

Art. 167. São vedados:

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

A Constituição de 1988, na qual a união federativa cumpre até hoje, teve remodelações e reestruturações, sendo o último modelo atualizado em 1967. A Declaração dos Direitos Humanos e do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) determinaram por meio deste que a educação é um direito. Sena (2004, p.5) denota o seguinte assunto abaixo.

Reconhecendo a Educação como direito e investimento a legislação, a partir da Constituição Federal, procura dar os instrumentos para garanti-la. Em primeiro lugar, resgatando a Emenda Calmon, vincula recursos (18%, da receita resultante de impostos, no caso da União e 25% no caso dos demais entes federativos, à manutenção e desenvolvimento do ensino). Vide Art. 212

Como força motora, a educação segue firme e presente para o desenvolvimento de uma nação. Cacciamali *et.al* (2002) denota que estudos relacionados a desigualdade de renda são diretamente proporcionais a desigualdade na educação. Demonstrou-se que cada ano de escolaridade adicional tende a elevar o nível salarial do trabalhador entre 11 e 15%.

De acordo com Sena (2004, p.5), a proposta de vinculação dos recursos para educação já era discutida na década de 1920, com a medida inicial de 10% da receita na instrução primária. De acordo com as atualizações das constituições federais, o valor foi se elevando, até que a atual Carta Magna estacionou em 18%.

A saúde, setor de extrema importância e de função não produtiva (não produz imposto), tem-se como mantenedor os recursos dos estados e municípios. Segundo a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, tem-se:

Art. 6

Os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios

No caso dos municípios, a lei recomenda que:

Art. 7

Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Tanto a saúde quanto a educação são direitos do cidadão. O direito a saúde, quando olhado pela ótica da qualidade de vida, exige que esse setor seja acessível a todos. A população goza do privilégio de ter saúde e educação com nível digno, devido ao pagamento dos recursos provenientes do próprio indivíduo.

Gera-se nesses setores a incógnita da alocação e sua sistemática, pois os setores vinculados são financiados por fundos para manutenção dos mesmos. Essa questão se destina ao planejamento sistêmico e estratégico do Estado, que é o detentor dos impostos.

2.2.1 Desvinculação de Receitas da União (DRU)

A Desvinculação de Receitas da União (DRU), foi implementada em 1994, no Plano Real. Tem por objetivo aumentar a flexibilidade para que o governo use os

recursos arrecadados para uma finalidade de maior prioridade. Também, objetiva-se permitir a geração de superávit nas contas do governo.

Em suma, em 1994 foi criado o Fundo social de emergência (FSE), como medida austera a estabilização da economia. Com o passar dos anos, esse instrumento foi prorrogado e atualizado, alterado o nome para Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Em 2007, foi aprovada a sua prorrogação para 31 de dezembro de 2011 pelo legislativo, atualizado para Desvinculação de Receitas da União.

Ademais, a prorrogação da DRU gera repercussão de ambos os lados. A bancada do legislativo que se posicionam contra defendem o aumento dos gastos sociais e de repercussão para o desenvolvimento em longo prazo (Educação, saúde, entre outros...). De outro lado, o governo federal se opõe a medida pelo fato da ampla flexibilidade que terá para gerir o orçamento com maior “eficiência”, segundo os mesmos.

De grosso modo, o governo na década de 1994 continhas suas contas com certo “superávit” devido a alta inflação que corroía os números orçamentários. Com a queda da inflação e sua estabilização pós Plano Real, as contas começaram a se elevar de forma significativa, e com isso, o legislativo impôs a DRU para flexibilizar as contas e beneficiar o orçamento da mesma. O famoso “corta de um lado para pôr em outro”.

Um exemplo da repercussão da DRU seria na área de educação. Sugeriu a desvinculação de 20% dos 18% vinculados diretamente a educação pela lei constitucional de 1988. Os defensores da DRU denotaram que os recursos “voltam” com os investimentos. Para isso, Sena (2004) expõe a simulação do impacto da desvinculação das receitas da DRU.

Tabela 1: Projeção de perdas com a DRU implementada à educação em 2003

RECURSOS	SITUAÇÃO ATUAL - sem desvinculação estadual e municipal	DESVINCULAÇÃO DE 20%		PERDAS			
		Arrecadação própria	TODA RECEITA	ARRECADAÇÃO PRÓPRIA		TODA RECEITA	
				VALOR	%	VALOR	%
ESTADUAIS VINCULADOS	31.490	24.610	23.372	6.880	22	8.118	26
MUNICIPAIS VINCULADOS	19.350	18.470	15.480	880	5	3.870	20
FEDERAIS VINCULADOS	8.496	8.496	8.496	0	0	0	0
TOTAL	59.336	51.576	47.348	7.760	13	11.988	20

Fonte: TAVARES; DOLABELA *apud* SENA (2004)

Nota-se a perda de 7,8 bilhões (sobre arrecadação própria) e 12 bilhões (com transferências de contribuições impostas para a educação). Desvincular os impostos para a educação seria uma estratégia interrupta ao crescimento do país ao longo prazo. “Desvinculação é a eliminação da exigência de se reservar recursos específicos para finalidades específicas”, aponta Sena (2004).

Então, o prejuízo seria tamanho a ponto de 12 bilhões no corte do orçamento para a educação no país. Seria benéfico desvincular os recursos para a educação, sendo que o país necessita de evolução urgente nesse setor? Desse modo, a DRU foi descartada do fundo de manutenção do ensino em 2011. Sena (2004) cita em seu artigo a importância da vinculação dos impostos para a educação, e o risco da sua desvinculação segundo a implementação da DRU abaixo.

A desvinculação representa risco de redução dos recursos para a educação, e além dela, outras formas de redução da base sobre a qual se calculam os percentuais a serem aplicados nos sistemas públicos de ensino implicariam necessidade de reduzir salários dos professores, interromper programas de melhorias da qualidade, diminuir o atendimento da demanda escolar comprometendo a atual expansão do ensino médio, da educação infantil e da educação dos jovens e adultos. SENA(2004, p.24)

Em suma, além de a DRU não contribuir com o desenvolvimento mútuo, ela contribui em dificultar para uma reforma fiscal abrangente. Não é eficaz preencher

fundos de emergência e estabilização retirando recursos de setores importantes que os setores serão beneficiados.

A vinculação para os setores que não possui originação e destinação mútua (fator que origina imposto, para ele deve-se voltar), como por exemplo: saúde, educação, serviços, deve ser vinculado de acordo com leis constitucionais que garantem vinculam e garantem a projeção de desenvolvimento sustentável dos mesmos. Nesse caso, a educação é uma prova empírica desse fato.

2.3 O PODER EXECUTIVO E AS SUAS FUNÇÕES

O Poder Executivo tem a função de governar o povo e administrar os interesses públicos, de acordo as leis previstas na Constituição Federal. No Brasil, país que adota o regime presidencialista, o líder do Poder Executivo é o Presidente da República, que tem o papel de chefe de Estado e de governo. O Presidente é eleito democraticamente para mandato com duração de quatro anos e possibilidade de uma reeleição consecutiva para igual período.

O Presidente da República, segundo os artigos 76 a 91 da CF, destacam-se:

- a) Função Administrativa: gerir gestão nos negócios de cunho público
- b) Legislativo: nos decretos, Medidas Provisórias, Regulamentos.
- c) Representativo: relações Nacionais e Internacionais
- d) Político: Quando necessária intervenção do Estado

Nota-se que o Poder Executivo possui duas funções, a de fazer a política em si (aplicar as leis e programar as novas leis), e gerir o orçamento da união (função administrativa) com os seus ministérios. Nesse caso, nota-se a dupla função de poder público segundo a constituição.

BEZERRA (2008, p.49) aponta a incógnita abaixo:

Em síntese, a questão pode ser colocada da seguinte maneira: como pode o Executivo liderar a reforma, se o modelo atual tem um forte viés de conformidade e estabilização e a reforma depende da aprovação política do Congresso Nacional? Por outro lado, como pode o Legislativo autorizar uma mudança se o Executivo não dispõe de instrumentos de medida da eficiência dos gastos públicos e são claramente insuficientes os métodos e indicadores utilizados para avaliar a contribuição das despesas públicas à realização das prioridades e dos desafios estratégicos nacionais?

O meio na qual o executivo e o legislativo trabalham é vulnerável as suas gestões. É necessário reforma nos três poderes para adquirir maior eficiência e objetividade na alocação e aplicação dos recursos para pagamento das contas públicas. O sistema orçamentário entre os poderes possuem pouca flexibilidade gerencial, pois não possui independência de ter sua própria gestão. A forma engessada na qual o Congresso e o Executivo trabalham, deve ser reanalisada e reaplicada.

Continuamente, o processo orçamentário define a importância na tomada de decisões do poder Executivo. Dessa forma, segue abaixo a definição do mesmo e a sua importância detalhada.

2.4 ORÇAMENTOS

De acordo com Filellini (1994, p.161) o orçamento do governo representa um sumário dos planos da receita e dos gastos em determinado ano. É uma lista exaustiva dos custos da atividade governamental e das respectivas fontes de financiamento.

Um orçamento público é um instrumento de planejamento governamental, onde constam as despesas de cunho administrativo-público para o ano corrente, que condiga com a arrecadação das receitas previstas. Nesse cunho administrativo, entram os impostos arrecadados para movimentar a máquina pública. É no orçamento que estão todas as receitas e os gastos previstos e as suas movimentações futuras, alocações de recursos e destinação dos mesmos, para investimentos em infraestrutura, saúde, políticas sociais, entre outros.

Segundo o Ministério do Planejamento (2012), a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), órgão do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, compete o papel de coordenar, consolidar e supervisionar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual da União (LOA). A Secretaria estabelece as normas para elaboração dos orçamentos federais, sem prejuízo competência atribuída aos outros órgãos da União.

A SOF tem como missão racionalizar o processo de alocação de recursos, zelando pelo equilíbrio das contas públicas, com foco em resultados para a sociedade. É no Orçamento que o cidadão identifica a alocação dos recursos que o

governo recolhe sob a forma de tributos. Nenhuma despesa pública pode ser realizada sem estar fixada no Orçamento.

Dentre a relação entre o Poder Executivo e o orçamento, o inciso XXIII do Art. 84 da Constituição Federal denota a obrigação do mesmo em enviar ao Congresso Nacional o Plano Plurianual (PPA). O PPA organiza e viabiliza a ação pública, com o intuito de cumprir com os objetivos do Governo em seu mandato (4 anos). Sobre o Plano Plurianual, o art. 165 da CF aponta:

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. (BRASIL, 1988).

A Lei Orçamentária Anual estima a receita e fixa as despesas para o exercício. Tem abrangência orçamentária fiscal, de seguridade social e investimento. Sobre a Lei Orçamentária Anual, Feijó (2008, p. 129) ressalta:

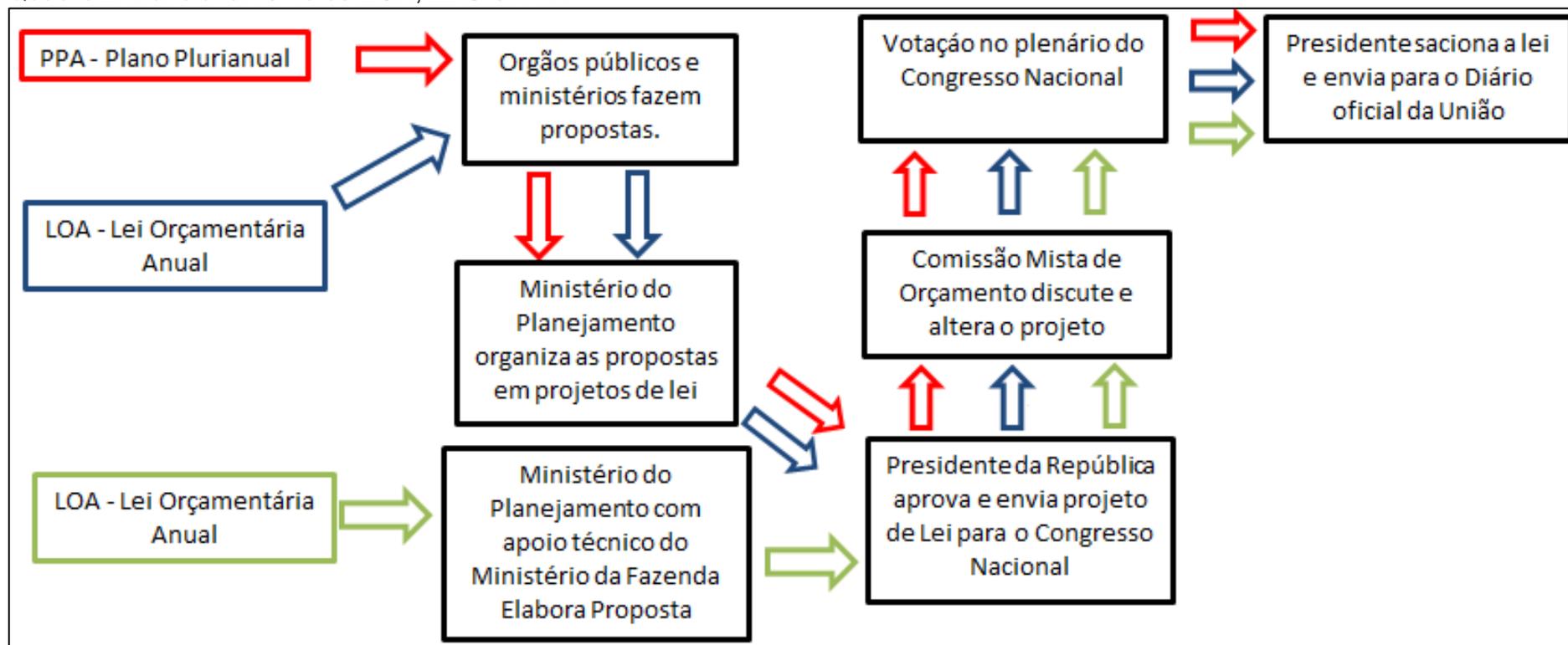
[...] consiste em um instrumento de que dispõe o Poder Público para expressar, em determinado período de tempo, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados.

A Lei de diretrizes orçamentárias define metas e prioridades para o exercício financeiro. Orienta a elaboração do orçamento e estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento, entre outros. Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária, Santos (2010, p.38) aponta:

[..]a LDO estabelece as metas e as prioridades do governo para cada exercício e as regras a serem observadas na elaboração e na execução do orçamento anual.[...]a LDO tem assumido a função de definir a estrutura do orçamento, de dispor sobre as classificações orçamentárias e de tratar de diversos outros assuntos relativos à elaboração e à execução do orçamento.

Com base no quadro 2, pode-se visualizar de forma mais detalhada o funcionamento da LOA, LDO E PPA.

Quadro 2: Funcionamento da LOA, LDO e PPA



Fonte: Secretaria de Orçamento Federal (2013) (adaptado pelo autor).

Em relação às etapas do processo orçamentário, no quadro 2 tem-se os 3 planos impostos em ordem processual. De modo geral, os objetivos dos 3 planos são:

- a) Estabelecimento de objetivos estratégicos
- b) Identificação de problemas ou oportunidades a serem enfrentados
- c) Andamento das contas e projeções para investimentos
- d) Avaliação dos resultados
- e) Cobrança e prestação de contas

A geração do orçamento possui vital importância para uma benéfica gestão do setor público. Para isso, é necessária governança para as tomadas de decisão convictas para um desenvolvimento amplo. Tem-se adiante a importância da governança para uma gestão eficaz no âmbito corporativo.

2.5 DESENVOLVIMENTO COMO GOVERNANÇA

O Conceito de Governança possui importância em várias áreas de estudos, seja no direito, economia, política e nas várias perspectivas teóricas relacionadas a atividade de uma empresa ou nação. No âmbito corporativo, é o conjunto de processos, costumes, regulamentos, e diretrizes da forma como a empresa/governo se orienta.

Segundo Carvalho (2001) o conceito de governança pode ser descrito como os mecanismos ou princípios que governam o processo decisório dentro de uma empresa. Governança corporativa é um conjunto de regras que visam minimizar os problemas de agência, nesse contexto, a agência seria o Estado, a União.

No entanto, Carvalho denota a dualidade de princípios e interesses que podem ocorrer em determinada governança, quando, por exemplo, o agente deva tomar decisões em benefício do principal (no caso o povo), muitas vezes ocorrem situações em que os interesses beneficiam determinados grupos.

Já o conceito de governança do Banco Mundial (1992), no seu documento *Governance and Development*, o termo “*Governance*” é definido como a maneira pela qual o poder é exercido na gestão de uma nação, seja em recursos para o desenvolvimento, seja para benefícios econômico-sociais e culturais. Uma boa governança é um complemento essencial para políticas econômicas sólidas. De

acordo com o documento, a gestão responsável pelo setor público deve ser eficiente para se ter um quadro político previsível e transparente para a eficiência da nação.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (2014), Governança é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo o relacionamento entre Conselho, equipe executiva e demais órgãos de controle. As boas práticas de governança convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar a reputação da organização e de otimizar seu valor social, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade.

Conforme as abordagens ressaltadas sobre o quesito governança, a empresa ou governo visam o desenvolvimento como um todo. No caso da governança pública, os principais entraves são a transparência, a equidade, o bem-estar social e a eficiência das diretrizes para o desenvolvimento da nação com melhoria contínua na alocação de recursos e a moderação dos gastos públicos.

2.6 ANÁLISE MACROECONOMICA DO BRASIL

No cenário macroeconômico recente no Brasil, o governo enfrenta em uma dívida interna de 2,12 trilhões, os gastos públicos não possuem gestão eficiente para a alocação dos recursos que o cidadão passa ao Governo. No quesito desenvolvimento, encaminha-se a outro PIB ínfimo e, ao contrário, as taxas de inflação sobem, com tendência alarmante em longo prazo.

Para análise, nesse estudo, levantam-se 2 fatores importantes: o retorno dos impostos à população e à qualidade de vida. Para verificar a qualidade de vida de um povo em números, usa-se o, que compete demonstrar o padrão de vida que a determinada nação vivencia.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbubul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2013), em seu relatório anual.

O IDH é importante, pois mensura de forma popular o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não somente ao crescimento econômico do país como um todo. Estimula políticas de cunho público para a melhoria de vida do indivíduo e proporciona o desenvolvimento sustentável.

A metodologia de cálculo do IDH, segundo o PNUD (2013) é exposta abaixo.

$$IDH = \sqrt[3]{(I_{Vida} \times I_{Educação} \times I_{Rendimento})}$$

Onde:

Ivida: Esperança de vida ao nascer, com base nos índices de mortalidade infantil.

IEducação: Taxa de alfabetização de Adultos (15 anos ou mais) tem peso de 66%, e a taxa combinada de matrícula (primeiro, segundo e terceiro graus), tem peso de 33%.

IRendimento: Mensuração da renda da nação pelo PIB *per capita*.

A mensuração do IDH varia entre os números zero e um, e se destaca da seguinte forma:

- a) Muito baixo: entre 0 e 0,499
- b) Baixo: entre 0,500 e 0,599
- c) Médio: entre 0,600 e 0,699
- d) Alto: 0,700 e 0,799
- e) Muito Alto: Entre 0,800 e 1,00

Abaixo, um quadro comparativo com os melhores IDH's do mundo, e a posição na qual o Brasil está alocado.

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Ranking	País	IDH 2012
1	Noruega	0,955
2	Austrália	0,938
3	EUA	0,937
4	Países Baixos	0,921
5	Alemanha	0,920
6	Nova Zelândia	0,919
7	Irlanda	0,916
8	Suécia	0,916
9	Suíça	0,913
10	Japão	0,912
85	Brasil	0,730

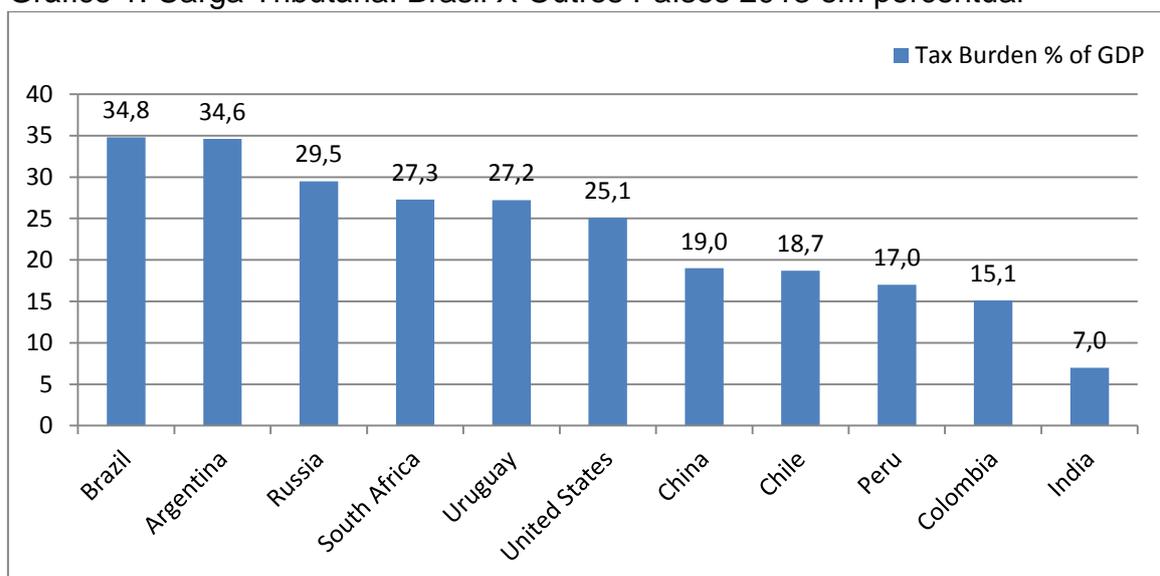
Fonte: PNDU (2012)

Nota-se que o Brasil ocupa o 85º lugar, demonstrando que desigualdade social, educação, saneamento básico e saúde estão longínquos de serem eficientes para a população, e de maneira holística, pode-se ressaltar que essa evolução para alcançar os 10 primeiros da lista acarreta em um processo árduo e lento (se as políticas públicas e evolutivas do país evoluírem conjuntamente.)

A carga tributária, segundo DOMINGUES Apud FONSECA (2009) se refere ao custo que o funcionamento governamental representa para a economia nacional. A relação percentual obtida pela divisão do total da arrecadação de tributos do país em todas as suas esferas (federal, estadual e municipal) em um ano pelo valor do PIB.

Em suma, a riqueza gerada durante o mesmo período de mensuração do valor dos tributos arrecadados. Abaixo, segue gráfico relacionando a carga tributária brasileira com a de países chave no crescimento mundial.

Gráfico 1: Carga Tributária: Brasil X Outros Países 2013 em percentual

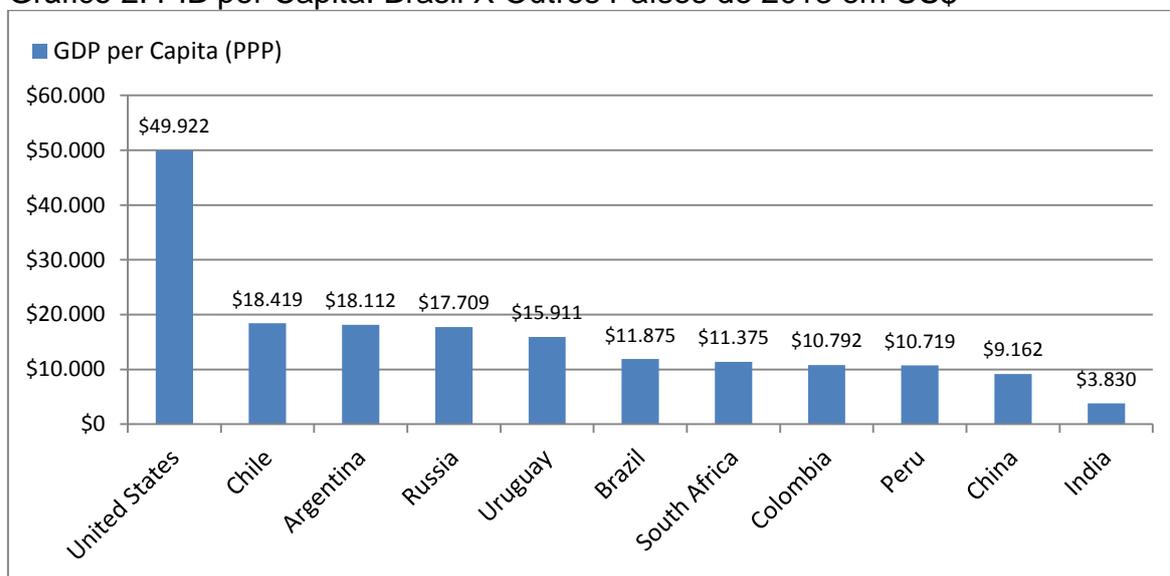


Fonte: Heritage Foundation (2014) (adaptado pelo autor)

Nota-se que o Brasil possui a Carga Tributária superior a Países como Estados Unidos, China, Rússia, Uruguai, entre outros. O Levantamento feito acima se constata que os gastos no país são muito acentuados para manutenção dos bens e serviços no país. Tem-se uma arrecadação superior a países de primeiro mundo, e em compensação, nosso IDH (mostrado anteriormente) está na posição 85. Retoma-se a questão da produtividade dos gastos e do mantimento dos setores no país.

No gráfico 2, nota-se o PIB *per capita* do Brasil relacionando os mesmos países do gráfico acima.

Gráfico 2: PIB per Capita: Brasil X Outros Países de 2013 em US\$



Fonte: Heritage Foundation (2014) (adaptado pelo autor)

No gráfico 1 o Brasil ocupa a 1^o posição como país que mais arrecada nessa seleção de países. No quesito PIB *per capita*, o Brasil ocupa a 6^o posição em Produto Interno Bruto por habitante. Estados Unidos, que situa a 6^o posição como arrecadador de impostos, porém ocupa a primeira posição em produção de renda *per capita*. Existem vários fatores pertinentes a serem discutidos perante esses números como governança e aplicação dos impostos em setores produtivos.

O Índice de Retorno De Bem Estar à Sociedade (IRBES), é resultado da somatória da carga tributária, ponderada percentualmente pela importância deste parâmetro, com o IDH, ponderado da mesma forma.

Para cálculos do IRBES, usa-se carga tributária/IDH x PIB, de acordo com o quadro abaixo. Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), quanto maior for o valor do índice, melhor o retorno de arrecadação dos tributos para a sociedade. O quadro 3 explana abaixo.

Quadro 3: Cálculo de Indicador - IRBES

DESCRIMINAÇÃO	ÍNDICE DE RETORNO AO BEM ESTAR DA SOCIEDADE				
	ANO 2011	ANO 2012	ÍNDICE OBTIDO	RESULTADO	RESULTADO
	C.T SOBRE O PIB	IDH	IRBES	RANKING	RANK_ ANTERIOR
ESTADOS UNIDOS	25,10%	0,937	165,78	1º	2º
AUSTRÁLIA	25,60%	0,929	164,53	2º	1º
CORÉIA DO SUL	25,90%	0,909	162,48	3º	3º
JAPÃO	27,60%	0,912	160,78	4º	4º
IRLANDA	28,20%	0,916	160,43	5º	5º
SUIÇA	28,50%	0,913	159,83	6º	6º
CANADÁ	31,00%	0,911	156,79	7º	7º
NOVA ZELÂNDIA	31,70%	0,919	156,66	8º	8º
ISRAEL	32,60%	0,900	154,01	9º	10º
ESPAÑA	31,60%	0,885	153,89	10º	9º
ESLOVÁQUIA	28,80%	0,840	153,28	11º	11º
GRÉCIA	31,20%	0,860	152,22	12º	12º
URUGUAI	27,18%	0,792	151,06	13º	13º
ISLÂNDIA	36,00%	0,906	150,61	14º	14º
ALEMANHA	37,10%	0,920	150,54	15º	15º
REPÚBLICA TCHECA	35,30%	0,873	148,61	16º	16º
REINO UNIDO	35,50%	0,875	148,55	17º	18º
ESLOVÊNIA	36,80%	0,892	148,50	18º	17º
LUXEMBURGO	37,10%	0,875	146,71	19º	19º
NORUEGA	43,20%	0,955	146,50	20º	20º
ARGENTINA	33,50%	0,811	145,41	21º	21º
HUNGRIA	35,70%	0,831	144,58	22º	22º
ÁUSTRIA	42,10%	0,895	142,66	23º	23º
SUÉCIA	44,05%	0,916	141,15	24º	24º
BÉLGICA	44,00%	0,897	140,65	25º	27º
ITÁLIA	42,90%	0,881	140,55	26º	26º
FINLÂNDIA	43,40%	0,892	140,91	27º	25º
FRANÇA	44,20%	0,893	140,08	28º	29º
DINAMARCA	45,00%	0,901	139,84	29º	28º
BRASIL	36,02%	0,730	135,63	30º	30º

CARGA TRIBUTÁRIA 2011 - FONTE OCDE
IDH 2012 FONTE PNAD - ONU

Fonte: IBPT (2013)

Nota-se que o Brasil, no índice do IRBES está na 30ª posição entre os países da lista, isso demonstra a má gestão do país referente aos gastos públicos e a sua destinação ao povo. Não salvo, se o país possui o IDH na 85ª, o IRBES na 30ª posição.

Para que aconteça o retorno dos tributos ao cidadão, deve-se analisar se o Brasil aplica os seus recursos de forma produtiva ou improdutivo. A alocação de recursos é a peça-chave para o desenvolvimento. Um governo que não consegue ser um gestor eficiente terá despesas decorrentes de gastos improdutivo.

2.7 A RELAÇÃO ENTRE GASTO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO – A QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

Segundo Júnior (2001) a preocupação com os efeitos dos gastos públicos na economia é recorrente, sobretudo com os impactos deles sobre o crescimento econômico. A população espera melhor utilização dos recursos, pois existem limites para a expansão das receitas que financiam o aumento dos gastos per capita.

Estado com crescimento econômico e indicadores estáveis se remete diretamente a distribuição dos gastos públicos de forma eficiente. Isso reforça o quão é importante o ajuste fiscal e a distribuição uniforme e sustentável dos gastos públicos, reforçando a sua produtividade.

Têm-se como prioridade os setores nos quais o cidadão deve (como direito) usufruir, como infraestrutura, saúde, educação. O ponto nevrálgico a ser discutido é de que forma o governo repassa esses bens e serviços de forma produtiva, não ultrapassando o seu orçamento.

Segundo Chu apud Júnior (1996), gastos produtivos são aqueles utilizados de forma que atendam os objetivos que são propostos inicialmente de forma sustentável (como o menor custo possível). Um exemplo para esse fato pode ser um programa de mobilidade urbana, sendo previsto o gasto em 50 milhões, porém, sendo gasto 40 milhões.

Já os gastos Improdutivos ultrapassam o valor efetivo de determinada ação. Se foram gastos 2 milhões para a construção de 2 escolas, por exemplo, e o seu custo efetivo é de 1,7 milhões, o gasto improdutivo resultou em 300 mil reais. Essa ótica se reflete ao custo de oportunidade, que nesse caso, foi um desperdício que poderia ter sido remetido a sociedade em outra finalidade.

Dentre as razões para gastos improdutivos, destaca-se:

- a) Ineficiência do capital humano;
- b) Má gestão dos recursos limitados;
- c) Corrupção;
- d) Incertezas no andamento do projeto; e
- e) Paralisação da obra/projeto;

Por essas e outras razões, a tendência natural é que os gastos públicos cresçam em uma linha mais acentuada do que os impostos arrecadados. Os beneficiários de uma obra específica (construção de uma estrada no RS, por

exemplo) são identificados, enquanto os impostos para arrecadação são estratificados entre toda a população. Esses fatores dão a necessidade de aumentar os gastos públicos, que em contrapartida, é mais fácil que aumentar os impostos.

Devarajan *et al.* (1996) em seu artigo “*The composition of public expenditure and economic growth*” ressalva a importância dos gastos públicos em países em desenvolvimento. Dessa forma, ele separa os gastos produtivos e improdutivo de maneira “nula”, ou seja, gastos produtivos podem se considerar improdutivo se forem aplicados de forma repetitiva e sem planejamento.

De acordo com o mesmo autor, em sua conclusão, é denotado que os países em desenvolvimento são alocados os gastos públicos em favor das despesas de capital (aquisição de máquinas e equipamentos), em detrimento das despesas correntes (atividade dos órgãos da administração pública). Nos países desenvolvidos, essa prática é reversa.

Levantam-se incógnitas nos conceitos abordados acima. De acordo com a teoria sustentável de Júnior Apud Chu (1996) que ressalta a importância de valores orçamentários, e a teoria de Devarajan *et al.* (1996) da desmistificação entre gastos produtivos em excesso *versus* gastos improdutivo, a alocação de recursos do Brasil é correta a ponto de ser produtiva?

A evolução do gasto público é um assunto discutido com persistência no Brasil. Acerca dessa discussão, apresentam-se problemas como alta carga tributária, o nível de retorno para a população, a transparência e eficiência nos bens e serviços, *ad infinitum*.

O investimento em setores básicos (infraestrutura, saneamento, educação...) é cada vez mais requisitório de acordo com a evolução do Estado. O Estado sofre constantemente com o desafio de suprir toda a demanda dos setores, e as vezes, o investimento não é de fato produtivo². O contribuinte exerce a sua função de forma compulsória, e o Estado, rege o seu “investimento” de forma opcional (a qual setor o recurso se destinará).

. O Gasto público requer transparência e legalidade, que cumpra com os deveres da democracia e seja legítimo de aplicação. Sem os requisitos passados, o Gasto público se torna ineficiente. A ineficiência gerada por gastos públicos improdutivo impacta em todos os setores no longo prazo, do investimento privado inicial até o saldo na balança comercial. O Famoso efeito *Crowding Out*.

Mendes (2002, p. 4) levanta o aspecto abaixo:

Como as fontes tradicionais de tributação (renda, patrimônio e consumo) são limitadas, o governo acaba criando impostos de baixa qualidade.[...] Esse sistema tributário pesado e distorcido onera a criação de novos negócios, a ampliação das empresas e as exportações, que são algumas das molas mestras do crescimento econômico. Uma característica dos governos grandes é que, mesmo com uma tributação elevada, eles dificilmente conseguem equilibrar suas contas. [...] A concorrência, que estimula a eficiência e a produtividade, também é afetada. Isso significa que é baixa a probabilidade de que empresas médias tenham capacidade para crescer e desafiar a fatia de mercado das grandes empresas.

O conhecimento dos custos para o Governo exercer a sua atividade é fundamental para se determinar mudanças no cenário presente. Como o Estado aloca esses recursos de forma orçamentária (seu planejamento, seu interesse), tem-se o fato da disputa política pelos recursos. Ora, se o Estado determina a direção do capital, e o seu próprio orçamento, como aprimorar a forma de alocação?

Maior eficácia no processo orçamentário requer inovação do sistema de alocação dos recursos. O Banco Mundial, em seu documento *“Fiscal and Financial Management Technical Assistance Loan”*, (2009, p.2) cita:

Enquanto as vulnerabilidades das finanças públicas brasileiras foram cortadas, houve um amplo reconhecimento sobre a necessidade de melhorias na qualidade do gasto público. [...] para reforçar os esforços de ajuste fiscal [...]. O Brasil tem feito alguns progressos na última década, porém os obstáculos permanecem. Deficiências no planejamento, orçamento, despesas e esforços do governo para melhoria da eficiência do gasto público.

A forma vinculatória dos impostos aos setores produtivos proposta referencia o poder na qual o cidadão tem perante o Legislativo e Executivo. Rajkumar Apud Dantas (2004), o princípio do benefício, o princípio do aumento de receitas e o princípio de proteção. Sobre o princípio do benefício, a eficiência econômica tem maior eficácia se as taxas que são arrecadadas servem somente para determinado fim.

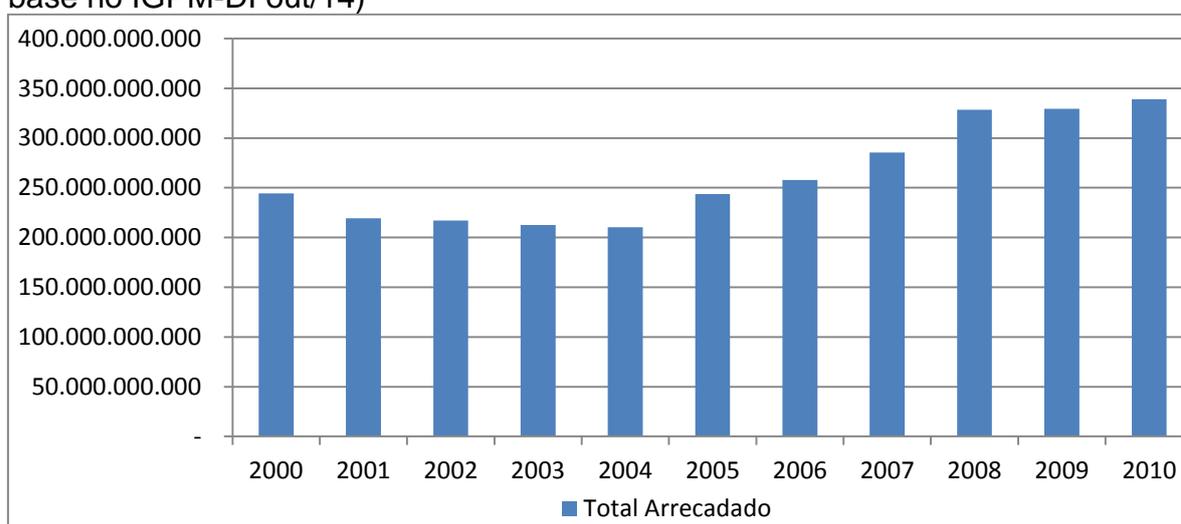
De acordo com o mesmo autor, o Princípio do Benefício se designa exclusivamente pelo aproveitamento e eficiência da alocação de recursos. De grosso modo, o contribuinte só fará ônus de determinado serviço se ele contribuirá com o próprio serviço, pagando determinado imposto. O Princípio do Aumento de Receitas direciona que a vinculação fornece suporte político a um determinado aumento de

receitas, segundo McCleary Apud Rajkumar (2004). Exemplo típico é, segundo o autor, vincular impostos sobre cigarros e bebidas alcoólicas ao esporte e outras atividades benéficas.

O Princípio da Proteção é regido pela obrigatoriedade na qual o governo deve aplicar os valores repassados. Dessa forma, o governo local deve cumprir com as despesas de forma obrigatória sem a volatilidade que envolve o processo orçamentário nos 3 Poderes.

O Cenário arrecadatório brasileiro implica em recordes de tributação ano após ano ressalvando os anos de 2003, 2004 e 2009. Diante disso, pode ser analisado abaixo o gráfico a evolução dos impostos de competência nacional em 10 anos.

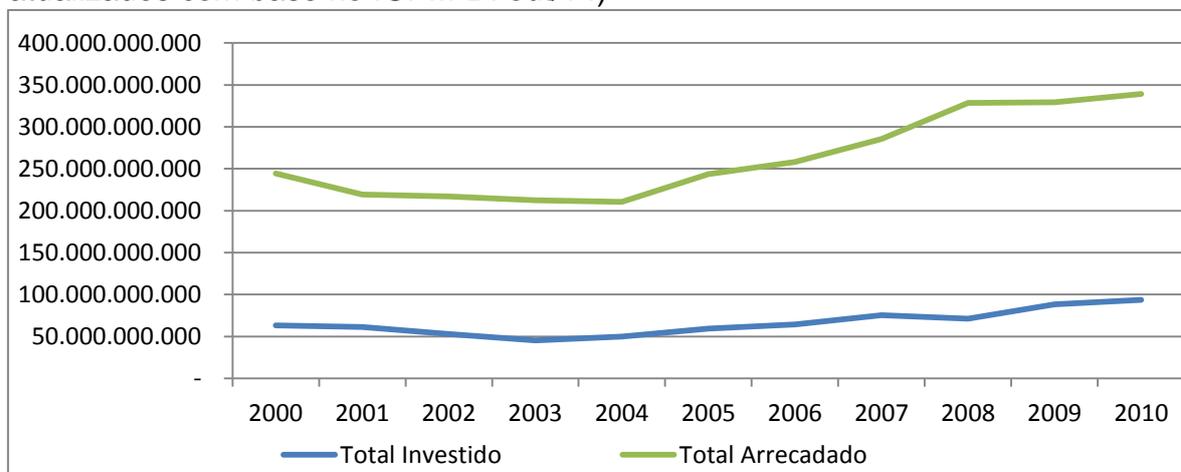
Gráfico 3: Arrecadação federal de 2000 a 2010 em R\$ (Valores atualizados com base no IGPM-DI out/14)



Fonte: Receita Federal do Brasil (2014) (adaptado pelo autor).

Nota-se que o setor arrecadatório evoluiu em 10 anos a sua contribuição. O avanço nas políticas fiscais como recuo do IPI para fortalecer a Indústria, e alta na arrecadação do IOF devido ao fim da CPMF. Abaixo, segue o total de investimento nos setores conceituados produtivos relacionados à arrecadação federal entre 2000 e 2010.

Gráfico 4: Relação de arrecadação x investimento de 2000 a 2010 em (R\$) (Valores atualizados com base no IGPM-DI out/14)



Fonte: Receita Federal e Tesouro Nacional (2014) (adaptado pelo autor)

O gráfico acima possui as variáveis de estudo consolidadas divididas em 2 categorias: o total investido nos setores mencionados anteriormente, e o total arrecadado dos impostos de competência nacional. É notável o avanço das arrecadações ao longo dos 10 anos, e em contrapartida, a discrepância entre o total arrecadado *versus* o total investido é gritante. A abrangência da aproximação dos valores aproximados em 2000 e a distância entre as 2 variáveis em 2010 é evidente.

Em suma, a teoria de Chu Apud Junior (2006) se assemelha com maior familiaridade ao cenário brasileiro. As mazelas do autor que são citadas como falta de planejamento, corrupção, gastos inertes, entre outros, denotam a veracidade em sua teoria. A teoria de Devarajan et al.(1996) não coincide de fato com o nexos do país. No gráfico 4 é notável a comparação entre arrecadação federal e investimentos, sendo que a teoria citada destaca o acúmulo de investimentos que podem se tornar improdutivo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de informações relacionadas a eficiência do estado na alocação de seus recursos. Dito isso, a pesquisa é de cunho exploratório, pois segundo Gil (2010, p.27) a pesquisa exploratória tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

As principais informações analisadas no processo foram o potencial arrecadatório do Brasil nos anos entre 2000 a 2010. Não obstante, a veemência da análise de vinculação tributária também teve relevância para conclusão da pesquisa.

Os principais levantamentos analisados remetem ao processo da governança corporativa frente aos recursos do cidadão repassados ao seu tomador, que é o Estado. Observaram-se as arrecadações em cunho Federal, bem como o seu percentual referente aos gastos produtivos e improdutivos.

Quanto aos meios, a pesquisa foi coletada em livros, dados de sites governamentais, teses e dissertações com dados relacionados ao assunto. Esta pesquisa, ancorada em fontes bibliográficas, possibilita a obtenção de informações requeridas sob consultas a materiais já elaborados, conforme Marconi e Lacatos (2003). Os aspectos materiais deste estudo integram a pesquisa documental que utiliza dados estatísticos de competência federal.

Em relação ao campo de atuação, a pesquisa é levantada em sua forma bibliográfica por diversos autores/pesquisadores. Com relação a suas tabelas e quadros, são repassados através de órgãos governamentais e unificados, como por exemplo, o portal da transparência e o IBPT. Dados do Banco Central (BACEN), Receita Federal, e *Heritage Foundation* foram de suma importância para levantamento.

Quanto a população, conjunto de elementos do grupo, os mesmos serão os impostos de competência federal. Os impostos, na qual a união é a tomadora dos recursos, será a analisada com o capital do contribuinte para verificar a sua eficiência na distribuição dos recursos de maneira eficiente.

Após apresentar a fundamentação teórica sobre o objeto de estudo desta pesquisa optou-se pela implementação de cálculo econométrico para análise estatística de variáveis e regressões.

A análise de regressão se ocupa do estudo da dependência de uma variável-chave, a variável dependente, e outras variáveis nas quais tentam explicar a regressão exposta para conclusão de cálculo. De acordo com o cálculo econométrico Hoffman explana abaixo:

A econometria consiste na aplicação de métodos matemáticos e estatísticos a problemas de economia. O econometrista combina conhecimentos de três ramos: científicos: Economia, Matemática e Estatística. A análise de regressão é o método mais importante da econometria. (HOFFMANN, 2006, p.1)

Inserido nos cálculos econômicos, a relação entre as variáveis designará a semelhança e confiabilidade estatística. Nesse caso, as variáveis econométricas lançadas para o cenário de vinculação de impostos, segundo Gujarati:

A análise de regressão se ocupa do estudo da dependência de uma variável, a variável dependente, em relação a uma ou mais variáveis explanatórias, com vistas a estimar e/ou prever o valor médio (da população) da primeira em termos dos valores conhecidos ou fixados (em amostragens repetidas) das segundas. (GUJARATI 2006, p.13)

Será analisada a relação entre receita pública e investimentos em setores produtivos para desenvolvimento da união. Sobre receita pública PECEGUINI (2014) explana abaixo.

Receita Pública corresponde a todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, efetuado mediante numerário ou outros bens representativos de valores. A Receita Pública decorre de valores que o ente público tem o direito de arrecadar por força de lei, contrato ou qualquer outro título do qual derivem direitos a favor do ente público.

Os dados necessários para as estimações econométricas foram: Impostos de competência nacional, investimentos em setores selecionados pelo autor e conceituados produtivos, e Produto Interno Bruto (PIB). Os valores são estipulados em Reais (R\$), sendo todos os dados estes dados anuais obtidos entre os anos

2000 e 2010. Os dados foram corrigidos pelo índice IGPM-DI, obtidos pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) (2014).

Os Impostos de competência nacional foram obtidos a partir da Receita Federal do Brasil. Os investimentos em setores conceituados produtivos foram retirados do núcleo de dados do Tesouro Nacional. O PIB, consultado no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil (2014).

As variáveis de receita pública levantadas para estudo são:

- a) Imposto sobre Importação
- b) Imposto sobre Produtos Industrializados
- c) Imposto sobre a Renda
- d) Imposto sobre Operações Financeiras
- e) Impostos sobre Território Rural

Os setores produtivos levantados para estudo são:

- a) Defesa Nacional
- b) Habitação
- c) Ciência e Tecnologia
- d) Agricultura
- e) Indústria
- f) Comunicações
- g) Transporte

O Produto Interno Bruto (PIB) foi mensurado como variável explicativa.

Iniciando as análises, constatou-se imprecisão nos resultados no primeiro modelo devido ao englobamento de todos os setores na mesma regressão. Em suma, elaborou-se modelos únicos e estratificados, com cada variável explicativa e explicada a ser levantada. O método utilizado para elaboração da regressão linear simples é o “Mínimos Quadrados Ordinários” (MQO). Segundo OLIVEIRA e GOMES (2009, p.4):

Essa técnica matemática procura aperfeiçoar o ajuste do conjunto de dados para minimizar a soma dos quadrados dos resíduos da regressão, dentre o valor estimado e dados observados ou resíduos, maximizando o grau de ajuste do modelo, há basicamente dois requisitos para esse método, o primeiro é que o

fator μ , de erro deve ser distribuído aleatoriamente, o outro requisito é que as variáveis representem uma relação linear entre si. A regressão linear múltipla é representada por uma reta, chamada de reta de regressão de MQO ou função de regressão amostral (FRA).

A Regressão Linear simples de modelo MQO a ser realizado testa a variável de y dependente em relação a variável explicativa, seguida do seu resíduo. Tem-se pela equação dos Mínimos Quadrados Originários a fórmula abaixo:

$$\text{Ex: } Y = \beta_0 + x + \mu$$

Na análise das variáveis, é necessário avaliar se o modelo esteja comprovado de forma empírica o seu nível de significância e no cálculo. Tem-se pela importância percentual estipulado em 95% de confiabilidade ($\alpha=0,05$). Segundo Hill Apud Mannarelli (2003, p.8) uma teoria ou hipótese que não seja verificável por meio da evidência empírica não pode ser admitida como parte real da investigação científica. Nessa metodologia de cálculo, o teste formal de hipóteses (teste F) é aplicado para aferição da hipótese do modelo. A fórmula para cálculo do teste F é a seguinte:

$$F = \frac{\text{SQE}/(K-1)}{\text{SQR}/(n-k)}$$

Onde:

SQE: Soma dos quadrados explicados

SQR: Soma dos quadrados dos resíduos (variação dos erros)

O Estudo para testes de hipóteses se realiza em duas premissas:

a) $H_0: \rho=0$ (Não há correlação linear significativa)

b) $H_1: \rho \neq 0$ (Há correlação linear significativa)

Quando é estudada a correlação entre duas ou mais variáveis, no cálculo de regressão, o R^2 , coeficiente de correlação linear, estipula o grau de confiabilidade da variável dependente que pode ser explicada pela regressão. Segundo o mesmo autor, se o coeficiente R excede o valor na tabela, e se assim for, concluímos que existe correlação linear significativa. Caso contrário (se R não exceder o valor de α), não possui evidência empírica para comprovação de sua correlação significativa.

A utilização do R^2 para verificar a significância é importante para designarmos conclusões a respeito do modelo. Por exemplo: se uma regressão possui o valor de R^2 em 0,82, temos 82% de confiabilidade no modelo, com 18% de resíduo. O

Resíduo, conforme citado acima, corresponde a variação do que não consegue ser explicado na regressão. A fórmula para cálculo do R^2 consta abaixo:

$$R^2 = \frac{SQE}{SQT}$$

Onde:

SQE: Soma dos quadrados explicados

SQT: Soma dos quadrados totais

Todo tratamento dos dados para a construção do modelo foram realizados pelo software *Microsoft Excel*. A metodologia para investigação do modelo econométrico resume-se abaixo em:

- a) Formulação da hipótese
- b) Especificação do modelo teórico
- c) Obtenção dos dados
- d) Testes de hipóteses
- e) Contestação do modelo, em *Ceteris Paribus*, onde todos os fatores permanecem-se constantes no campo econômico.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS

Determinada as variáveis bem como o modelo econométrico fez-se a análise do comportamento das variáveis por, primeiramente, a sua significância (Teste Formal de Hipóteses). Espera-se que tenha um impacto positivo (acima de 50%) nos setores produtivos em relação ao PIB, devido ao seu potencial de arrecadação.

Tem-se abaixo quadro ilustrando o comportamento das variáveis em relação ao PIB, que na equação do Modelo, é representado pela letra Y, o β_0 é a interseção do setor e o valor acompanhado de X é o resultado econométrico da sua aplicação. Lembrando que o coeficiente $\alpha=0,05$.

Tabela 3: Teste de significância estatística e Equação do Modelo

Setor	F de significação	Possui significância?	Equação do Modelo
Defesa	0,00277168223	SIM	$Y = \beta_0 + 95,73x + \mu$
Transporte	0,00003028878	SIM	$Y = \beta_0 + 88,27x + \mu$
Ciência e Tecnologia	0,00000019713	SIM	$Y = \beta_0 + 306,89x + \mu$
Agricultura	0,00150218213	SIM	$Y = \beta_0 + 207,16x + \mu$
Indústria	0,09590652651	NÃO	$Y = \beta_0 + 297,44x + \mu$
Comunicações	0,35663941554	NÃO	$Y = \beta_0 - 773,34x + \mu$
Habitação	0,88449289440	NÃO	$Y = \beta_0 - 25,006x + \mu$

Fonte: Elaborado pelo autor

Como visualizado acima, os setores Indústria, comunicações, e Habitação não tiveram êxito de significância no modelo estudado. O resultado na coluna “F de significação” foi superior ao α , índice padrão que estipula 95% de confiabilidade no modelo estipulado.

Os setores Defesa, Transporte, Ciência e Tecnologia e Agricultura terão desenvolvimento econométrico adiante. Setores esses que tiveram aprovação, pois os seus indicadores resultaram inferior ao α , provando que possuem significância estatística superior a 95%, mostrando a sua relevância no cálculo estatístico. O Teste Formal de Hipóteses é a peça-chave para mensuração do modelo matemático usado. Com ele, é notável o seu progresso na análise dos resultados e se o mesmo pode ser usado para pesquisas mais detalhadas futuramente.

Com isso, 57% dos setores escolhidos para análise tiveram aprovação no teste de significância. Isso mostra, adiante, o impacto positivo de cada setor

aprovado na mensuração econométrica. Abaixo, segue tabela com o grau de significância estatística dos setores aprovados no teste de hipótese.

O setor de Indústria pode não ter tido êxito em sua significância devido a alta volatilidade que o setor enfrentou nos 10 anos selecionados, e a sua volatilidade de investimento no setor. Pacotes governamentais são injetados na economia, ocasionando em uma alta no investimento, porém, após 2 semestres, por exemplo, esse número pode se recuar. Isso faz com que não seja um cenário estável em termos de investimento. Blundell E Bond Apud Veloso (2014) denotam a instabilidade que possam acontecer em setores instáveis. Em amostras pequenas, o resultado pode ser enviesado na presença de variáveis explicativas muito persistentes.

Tabela 4: Índice de confiabilidade das variáveis aprovadas no teste de hipóteses

Setor	R ²	Resíduo
Defesa	64,87%	35,13%
Transporte	86,79%	13,21%
Ciência e Tecnologia	95,65%	4,35%
Agricultura	69,17%	30,83%

Fonte: Elaborado pelo Autor

Foram extraídos os setores que foram aprovados no teste de hipóteses e coletados na tabela acima para verificação de significância estatística dos modelos pertinentes. Nota-se o maior impacto de confiança no setor de Ciência e Tecnologia, com 95,65%, com o menor resíduo (4,35%). Em seguida, o setor de transporte sofre queda em relação ao superior com 86,79%, resíduo que se acentua para 13,21%. Os setores de Agricultura e Defesa decaem em comparação aos demais, com 69,17% e 64,87%, com resíduos de 30,83% e 35,13%, respectivamente.

Conforme visto anteriormente, o teste F possui a maior veracidade, por maior o resíduo ou o R² seja no resultado da regressão. Embora o resíduo tenha se acentuado nos setores de defesa e Agricultura, se explicará o retorno que esses setores produtivos terão para o PIB do país em sequência.

De forma consolidada, analisou-se o Produto Interno Bruto (PIB) em função da arrecadação de impostos de competência federal totais, e a própria arrecadação federal em função do PIB. Ambos tiveram teste F inferior ao α e R² no valor de 91%, com resíduo em 9% aproximadamente. Analisou-se a arrecadação federal

consolidada em função dos investimentos consolidados. O resultado ocasionou na destinação de R\$0,28 aos investimentos a cada unidade arrecada de imposto.

Os resultados da forma consolidada na qual foi realizado o cálculo correlacionando PIB e arrecadação obtiveram os seguintes cenários:

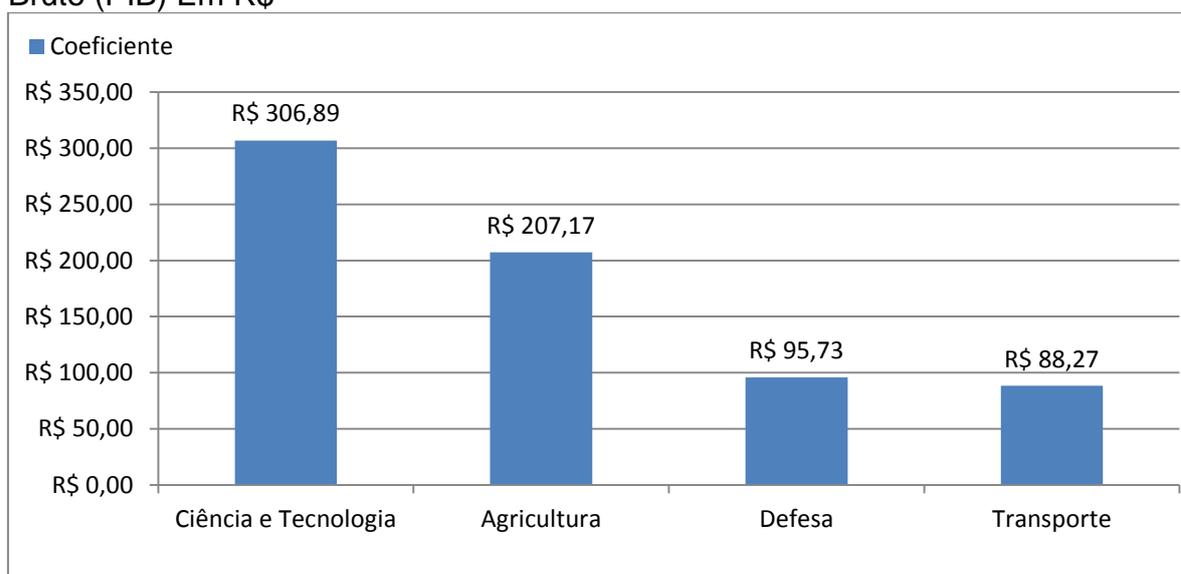
- a) Cada unidade de valor (Reais) de imposto de competência federal arrecadado, o Produto Interno Bruto do país se eleva em 11 reais.
- b) Cada unidade de valor (Reais) adicionado ao Produto Interno Bruto, gerou-se aumento na arrecadação federal em 7 centavos.

Ressalta-se a importância de mensuração dessas variáveis de forma global. No primeiro cenário, mostra que a relação entre PIB e arrecadação estão firmemente correlacionados. De modo resumido, a arrecadação federal faz com que o PIB se eleve de forma satisfatória. No segundo cenário, a injeção de capital no PIB gerou-se aumento na arrecadação de forma significativa.

De encontro aos resultados, certos setores obtiveram dados curiosos. Os setores como Transporte e defesa tiveram dados mais aproximados, enquanto os setores de Ciência e Tecnologia e Agricultura tiveram dados mais elevados e bem satisfatórios, conjuntamente com o seu nível de significância estatística.

Segue abaixo gráfico dos setores que obtiveram significância estatística e a sua relevância no cálculo.

Gráfico 5: Coeficiente de retorno de cada unidade adicionada ao Produto Interno Bruto (PIB) Em R\$



Fonte: Elaborado pelo autor

Levantados os dados acima a partir das Equações do Modelo que consta na tabela 3, ilustrou-se o retorno de cada unidade adicionada causaria impacto positivo no PIB, *ceteris paribus*. Tem-se, em primeiro lugar, o setor de Ciência e Tecnologia com o maior retorno causado. Cada unidade investida ao setor geraria R\$306,89 adicionais ao PIB, sendo assim, constatado como um ótimo indicador para desenvolvimento do país. Para a Unesco (2014), a dificuldade de se elaborar e implantar novas políticas nacionais que atendam ao investimento nesse setor são complexos no curto prazo, justo pela dimensão do país e pela burocracia governamental.

O Brasil é carente de investimentos em Ciência e Tecnologia, representando o percentual de 1,2%, do PIB aproximadamente, segundo dados do Tesouro Nacional (2014). CHAIMOVICH (2000, p.1) cita em seu artigo um caso pertinente do efeito benéfico em que o investimento em Ciência e Tecnologia traz de retorno ao país.

Desde a revolução industrial a evolução da ciência é inseparável da sua aplicação no mundo desenvolvido. A explosão no financiamento de ciência nos Estados Unidos da América (EUA), após o lançamento do Sputnik é um exemplo clássico. [...] O resultado dessa pressão, financiada pelo Estado, se faz sentir rapidamente e os EUA passam a ser o centro qualitativa e quantitativamente mais importante de produção de conhecimento, tecnologias e produtos já na década seguinte.

Em suma, o efeito do investimento em Ciência e Tecnologia, tanto mencionado por Chaimovich (2000) quanto a representação econométrica mostram cientificamente que o setor possui grande retorno. É essencial a vinculação dos impostos para que o setor se alavanque e gere desenvolvimento no longo prazo.

Por relevância, o setor de Agricultura teve resultado satisfatório. Cada unidade de valor adicionada ao setor gera R\$207,17 de receita ao Produto Interno Bruto. O setor mencionado possui extrema importância para o Brasil, exportador de *commodities* e propício para o desenvolvimento agrário. Segundo dados do Portal Brasil (2014), o setor agrário teve avanço de 7% em 2013, número este ultrapassando o setor de serviços (2%) e indústria (1,3%).

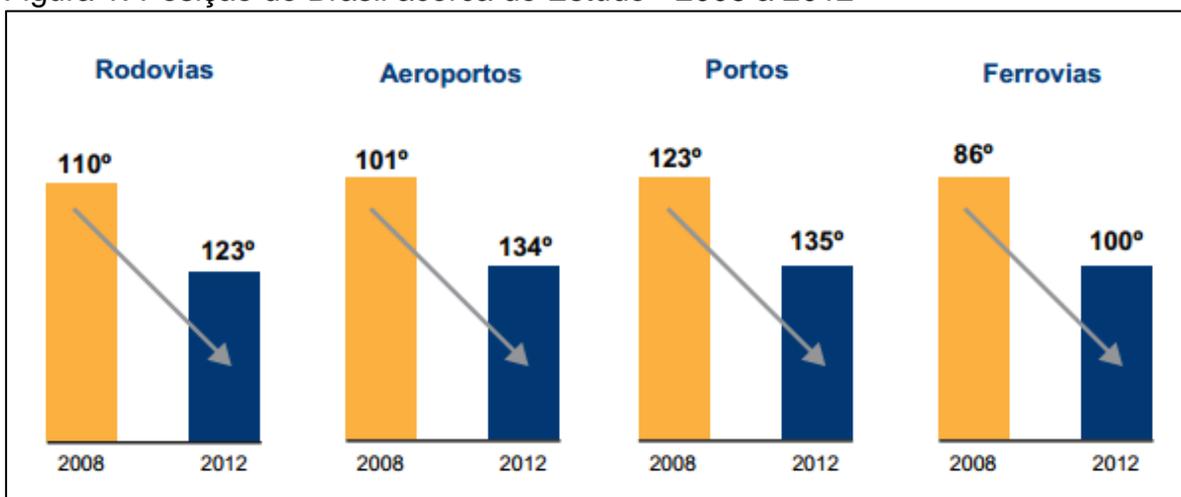
O setor de defesa, em sua terceira posição por relevância, com o índice concluído em R\$95,73. O setor de Defesa nacional sofre problemas com relação a seu orçamento, que é destinado grande parte a pensões, aposentadorias e outros

gastos com pessoal. BRUSTOLIN (2009) constatou que entre os anos 1995 e 2008, 79,52% do orçamento de defesa brasileiro foram destinadas a pagamento de pessoal. Despesas de Custeio foram 13,74% e somente 6,74% foram investidos de fato. É necessário que o investimento em defesa tenha maior repercussão, e para isso, sugere-se também, uma reforma orçamentária na metodologia de investimento do setor mencionado. Um setor na qual possui extrema importância que é a defesa da soberania do país e seu investimento mútuo em tecnologia conjunta de forma geral, não pode ter seu orçamento comprometido pela ocasião da folha de pagamento da reserva.

O setor de Transportes, situado na 4º posição em geração de receita para o PIB em cada unidade adicionada ao investimento do mesmo, resultou o seu índice em R\$88,27. Esse setor, que engloba diretamente o setor agrícola com maior relevância dentre os demais, necessita de investimentos para remodelação das malhas de locomoção. O seu índice para investimento é satisfatório e a sua correlação com a agricultura de forma indireta é essencial para ganhos no longo prazo entre ambos os setores.

Na figura abaixo, consta o estudo realizado pelo Fórum Econômico Mundial nos relatórios de 2008-2009 e 2012-2013, analisados 134 e 144, respectivamente.

Figura 1: Posição do Brasil acerca do Estudo - 2008 a 2012



Fonte: Confederação Nacional do Transporte (2013)

Como consta acima, o setor de aeroportos teve maior declínio, decaindo 33 posições. O modal portuário sofreu menor declínio entre os demais, decaindo 12 posições. O Estudo foi, como mencionado anteriormente, entre 134 e 144 países, ou

seja, o Brasil, país com PIB em trilhões, consegue se estagnar entre as últimas posições no setor de transporte quando relacionado a outras nações.

De acordo com a análise, uma opção poderia ser de maximizar o investimento do setor de transportes para ter uma ampla melhoria nos setores subsequentes, como a agricultura, devido a logística empregada a esse setor. O Brasil, como referência mundial em alimentos, peca no sentido de logística das commodities até os portos, tanto encarecendo o preço do produto como a perda sobre o mesmo durante a estrada. IBGE apud Borges *et al* (2013) defendem que o modal rodoviário desperdiça 10% da produção de grãos nacional, acarretando em prejuízos financeiros irreversíveis.

4.2 APLICAÇÃO DOS TRIBUTOS AOS SETORES

Como visto anteriormente, os tributos possuem 3 classificações tributárias que são a Fiscal, Extrafiscal, e Parafiscal. Segue abaixo tabela impositiva dos impostos de competência federal relacionados a sua aplicação.

Tabela 5: Classificação jurídica – Impostos de competência federal

Nomenclatura	Fato Gerador	Função
Imposto sobre Produtos Industrializados	Importação/desembaraço aduaneiro	Fiscal e Extrafiscal
Imposto sobre Importação	Entrada de produtos estrangeiros em território nacional	Predominantemente Extrafiscal
Imposto sobre Exportação	Saída de produtos nacionais	Predominantemente Extrafiscal
Imposto sobre Operações Financeiras	Operações de crédito/empréstimo ou atividades de Factoring	Fiscal e Extrafiscal
Imposto Territorial Rural	Propriedade Rural	Extrafiscal
Imposto sobre a Renda	Aquisição de disponibilidade econômica	Fiscal e Extrafiscal

Fonte: Receita Federal do Brasil (2014)

De acordo com a classificação tributária dos impostos acima, sugere-se o uso do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Imposto sobre a Renda (IR), pois possuem função Fiscal (arrecadação de recursos) e Extrafiscal (interferência estatal no domínio econômico). Os demais impostos possuem interferência no domínio econômico, não sendo plausível de alteração para vinculação a setores produtivos.

Segue abaixo os entraves impostos sobre o princípio da parafiscalidade sendo somente possíveis alocação de recursos para:

- a) Pessoas Políticas
- b) Autarquias
- c) Fundações Públicas
- d) Paraestatais
- e) Pessoas físicas que desempenham funções públicas

Selecionados os impostos, segue tabelas dos impostos arrecadados entre o período de 2000 a 2010.

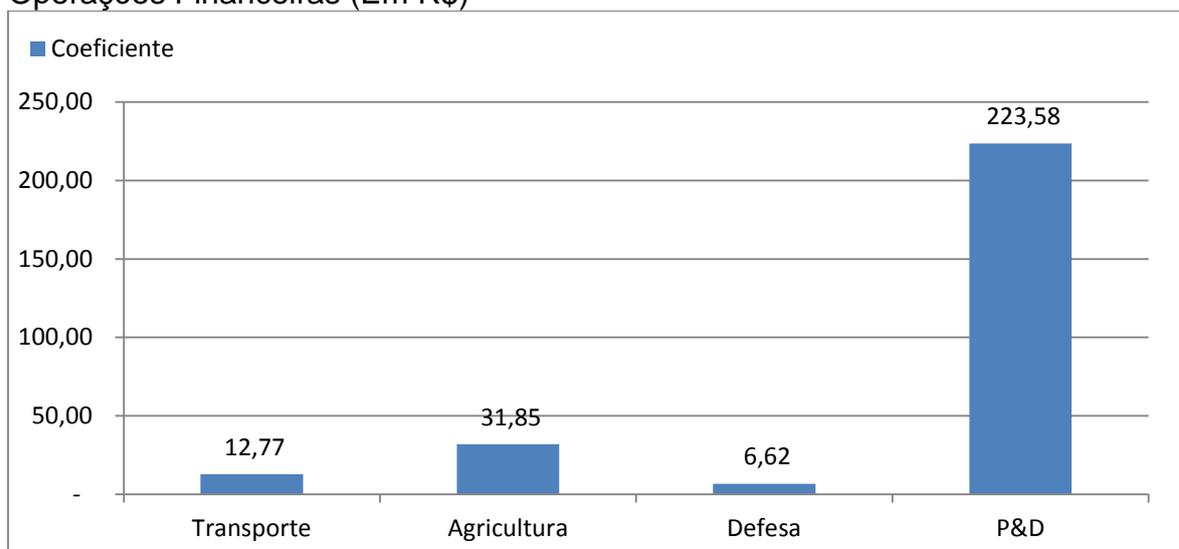
Tabela 6: Arrecadação IOF e IR (Em R\$) (Dados corrigidos com base IGPM-DI de out/14)

Ano	IOF	IMPOSTO SOBRE A RENDA	Total
2000	8.765.017.903,11	158.095.781.160,16	166.860.799.063,26
2001	9.050.941.349,38	163.866.937.297,84	172.917.878.647,22
2002	8.235.706.444,86	175.669.834.101,40	183.905.540.546,26
2003	8.290.591.041,42	173.260.829.576,49	181.551.420.617,90
2004	8.718.720.645,40	170.618.577.376,41	179.337.298.021,81
2005	9.959.337.893,38	203.406.306.735,48	213.365.644.628,86
2006	10.672.890.290,51	215.070.337.503,89	225.743.227.794,40
2007	11.578.621.702,95	236.960.485.851,61	248.539.107.554,57
2008	27.037.521.148,96	254.889.196.550,34	281.926.717.699,30
2009	26.035.922.071,46	259.227.898.392,60	285.263.820.464,06
2010	32.496.162.983,90	254.339.788.280,15	286.835.951.264,06

Fonte: Receita Federal do Brasil (adaptado pelo autor)

Foi realizado o cálculo econométrico com os 4 setores agrupados para verificação do grau de retorno se os 4 setores fossem vinculados ao Imposto de Renda e IOF, o modelo não houve significância estatística, porém, os coeficientes tiveram mudanças, nas quais, segue abaixo:

Gráfico 6: Coeficientes relacionados aos Impostos de Renda e Imposto sobre Operações Financeiras (Em R\$)



Fonte: Elaborado pelo Autor

Nota-se alteração nos dados pertinentes ao primeiro modelo. Isso condiz que as variáveis trabalham de forma conjunta no momento, enquanto no primeiro modelo, cada variável se comportava de forma única na regressão pois era somente analisado específico caso.

O Poder vinculatório exige que se façam hipóteses e testes. Qual seria o retorno esperado, em Ceteris Paribus, se fosse vinculado 1% dos dois impostos consolidados? Segue abaixo tabela com a simulação dos mesmos com a adição de 1% dos.

Tabela 7: Simulação de 1% versus retorno esperado. (Em R\$)

Setor	Valor Vinculado	Valor Adicionado	Valor total
Transporte	2.868.359.512,64	12,77	36.636.318.512,91
Agricultura	2.868.359.512,64	31,85	91.364.253.127,50
Defesa	2.868.359.512,64	6,62	18.985.880.448,45
Ciência/Tecnologia	2.868.359.512,64	223,58	641.312.939.570,39

Fonte: Elaborado pelo Autor

Nota-se a evolução dos setores com a vinculação de 1% dos 2 impostos adicionados. O Setor de Ciência/Tecnologia tem evolução a ser destacada, com um possível retorno de 641 bilhões de reais ao PIB. Isso demonstra novamente a importância desse setor ao investimento governamental. O setor de Agricultura contribuiria com 91 bilhões, e o setor de Transporte, 36. Em último, o setor de Defesa chegaria praticamente aos 19 bilhões. De forma total, o retorno estimado total seria de 788 bilhões aproximadamente, que em relação ao PIB de 2010 (4,5 trilhões), teria um aumento de 17,54% em seu total.

É imprescindível que seja seguida e cada vez mais aprofundada essa pesquisa. É denotada a vinculação de 1% de 2 impostos de competência nacional, traria um aumento em 17,54%, *ceteris paribus*, no PIB no cenário de 2010, sendo importantíssimo para o progresso da nação de forma geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa, foram considerados todas as etapas nas quais o processo governamental exerce, desde o orçamento, as tomadas de decisão confusas entre os três poderes.

Como se observaram ao longo do trabalho, várias mazelas cerca o sistema arrecadatário brasileiro. Um dos principais seria a governança, que peca severamente em nosso sistema. A relação entre investimento *versus* arrecadação tem-se destaque no decorrer da pesquisa pela discrepância dos números.

Constatou-se que a máquina pública brasileira está inchada. Os investimentos estão baixos, a arrecadação supera recordes todos os anos, e a política pública está sensível a futuros gargalos. A qualidade do gasto público está em pauta: ou tomam-se certas medidas para uma futura reforma, como se sugere uma vinculação dos impostos mencionados, ou os setores retrocederão sucessivamente.

Foi visto nesse trabalho a análise de indicadores, comparando o Brasil a outros países de diferentes regiões, e o principal indicador, para reforço das ideias impostas por esse trabalho, é a relação entre carga tributária sobre o PIB e o PIB *per capita* dos países mencionados. O Brasil ocupa a primeira posição em arrecadação, e no indicador adiante, está na sétima posição.

A análise dos setores considerados produtivos concluiu-se que a vinculação dos impostos pode ser produtiva a ponto de o PIB ser beneficiado de maneira gradativa no longo prazo. Os impostos foram escolhidos pois suas respectivas classificações jurídicas perante o código tributário nacional.

O impacto de 1% de arrecadação de 2 impostos ocasionaram em 17,5% do Produto Interno Bruto no ano de 2010. Isso se deve ao alto retorno no setor de Ciência e Tecnologia, que possui um ótimo coeficiente, tanto de retorno quanto de significância estatística no modelo proposto na metodologia de cálculo.

Conclui-se que é nítida a correlação entre investimento e o PIB de um país. Quando mais se investe de forma produtiva e planejada, o PIB avança a patamares positivos. Vinculando os impostos a setores produtivos, pode-se concluir uma melhora nos setores e no próprio Produto Interno Bruto. Tudo isso, gera somente um propósito: oferecer serviços de qualidade ao país e ao desenvolvimento da nação.

Não somente a própria vinculação, mas a nação poderia reter bons ganhos se os procedimentos para investimentos e os impostos fossem simplificados. O caráter

Extrafiscal deturpa a imagem de um governo mal planejado e sem fundamentação teórica sólida para um desenvolvimento amplo.

O Brasil está entre as 10 maiores economias do mundo de acordo com dados do Banco Mundial expostos na pesquisa, mas peca na parte produtiva e na aplicação de seus recursos para o contribuinte. Vale ressaltar que políticas em curto prazo, algo rotineiro no país, não coincidem com crescimento pleno e melhora nos indicadores sociais, como desigualdade social, acesso a comunicação, entre outros.

É preciso de reformas amplas no setor tributário brasileiro. A vinculação para a saúde e Educação, mencionado no capítulo 2, mostra a perda que seria causada caso a DRU fosse aprovada. O Estado adquire o recurso, logo, ele deve repassar de forma eficiente ao contribuinte. Vinculando os impostos, poderia ter a possibilidade do mesmo ter maior eficácia do que somente for implementados orçamentos mandatários presidenciais de 4 anos.

Na parte metodológica, a regressão linear simples obteve resultados eficientes e curiosos. Eficientes, pois os setores de ciência e tecnologia e agricultura demonstraram alto índice de retorno se uma parcela de capital fosse investido nos mesmos. Os setores de transporte e Defesa tiveram resultados coniventes com o modelo também, porém, o investimento nesses dois setores seria menos abrangente. Curiosos pois os setores de Indústria, Comunicações e Habitação não obtiveram significância estatística. Conclui-se que os resultados que obtiveram índice de confiança foram lineares e o modelo geral obteve significância, se, *ceteris paribus*, fosse aplicado.

Os resultados que foram demonstrados na pesquisa conclui que a metodologia aplicada obteve resultados satisfatórios. A pesquisa, por sua parte teórica, e também por sua parte metodológica, sugere que pode ser aprofundado o seu embasamento em um projeto posterior. De fato, conclui-se que as vinculações de impostos aos setores produtivos pode ser uma sugestão para aperfeiçoamento e colaboração a um orçamento mais dinâmico e eficiente.

ANEXOS

Anexo 1: Gastos com Habitação Explicando o PIB

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,049755428
R-Quadrado	0,002475603
R-quadrado ajustado	-0,108360442
Erro padrão	6,39339E+11
Observações	11

ANOVA					
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	9,12982E+21	9,12982E+21	0,022336	0,884492894
Resíduo	9	3,67879E+24	4,08754E+23		
Total	10	3,68792E+24			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95.0%</i>	<i>Superior 95.0%</i>
Interseção	3,45734E+12	2,79811E+11	12,3559846	6E-07	2,82436E+12	4,09E+12	2,82E+12	4,09E+12
Habitação	-25,00640797	167,3213484	-0,149451389	0,884493	-403,5135939	353,5008	-403,514	353,5008

Fonte: Elaborado pelo Autor

Anexo 2: Gastos com Ciência e Tecnologia explicando O PIB

<i>Estatística de regressão</i>								
R múltiplo	0,97799814							
R-Quadrado	0,956480361							
R-quadrado ajustado	0,951644846							
Erro padrão	1,3354E+11							
Observações	11							
ANOVA								
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>			
Regressão	1	3,52742E+24	3,52742E+24	197,8031867	0,00000019713			
Resíduo	9	1,60497E+23	1,7833E+22					
Total	10	3,68792E+24						
	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95.0%</i>	<i>Superior 95.0%</i>
Interseção	1.757.945.102.256,86	1,2532E+11	14,02765346	2,01616E-07	1,47445E+12	2,04144E+12	1,47445E+12	2,04144E+12
Ciência e Tecnologia	306,8917936	21,82069773	14,06425209	1,97126E-07	257,5299461	356,2536412	257,5299461	356,2536412

Fonte: Elaborado pelo Autor

Anexo 3: Gastos com Agricultura explicando O PIB

<i>Estatística de regressão</i>								
R múltiplo	0,831699722							
R-Quadrado	0,691724427							
R-quadrado ajustado	0,657471585							
Erro padrão	3,55418E+11							
Observações	11							
ANOVA								
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>			
Regressão	1	2,55102E+24	2,55102E+24	20,19465824	0,001502182			
Resíduo	9	1,13689E+24	1,26322E+23					
Total	10	3,68792E+24						
	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95.0%</i>	<i>Superior 95.0%</i>
Interseção	433.643.542.769,60	6,74673E+11	0,642746492	0,536417422	-1,09257E+12	1,95986E+12	-1,09257E+12	1,95986E+12
Agricultura	207,169932	46,10080082	4,493846708	0,001502182	102,8826754	311,4571886	102,8826754	311,4571886

Fonte: Elaborado pelo Autor

Anexo 4: Gastos com Indústria explicando o PIB

<i>Estatística de regressão</i>								
R múltiplo	0,526814825							
R-Quadrado	0,27753386							
R-quadrado ajustado	0,197259844							
Erro padrão	5,44099E+11							
Observações	11							
ANOVA								
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>			
Regressão	1	1,02352E+24	1,02352E+24	3,457331219	0,095906527			
Resíduo	9	2,66439E+24	2,96044E+23					
Total	10	3,68792E+24						
	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95.0%</i>	<i>Superior 95.0%</i>
Interseção	2,80136E+12	3,74354E+11	7,483187083	3,75852E-05	1,95451E+12	3,6482E+12	1,95451E+12	3,6482E+12
Indústria	297,4418611	159,9674405	1,859390013	0,095906527	-64,42962938	659,3133516	-64,42962938	659,3133516

Fonte: Elaborado pelo Autor

Anexo 5: Gastos com Comunicação explicando o PIB

<i>Estatística de regressão</i>								
R múltiplo	0,308108732							
R-Quadrado	0,094930991							
R-quadrado ajustado	-0,005632233							
Erro padrão	6,0899E+11							
Observações	11							
ANOVA								
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>			
Regressão	1	3,50098E+23	3,50098E+23	0,943993118	0,356639416			
Resíduo	9	3,33782E+24	3,70869E+23					
Total	10	3,68792E+24						
	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95.0%</i>	<i>Superior 95.0%</i>
Interseção	4,18022E+12	7,96659E+11	5,247188611	0,000529673	2,37805E+12	5,98238E+12	2,37805E+12	5,98238E+12
Comunicações	-773,3476281	795,9583511	0,971593083	0,356639416	-2573,93051	1027,235254	-2573,93051	1027,235254

Fonte: Elaborado pelo Autor

Anexo 6: Gastos com Transporte explicando o PIB

<i>Estatística de regressão</i>								
R múltiplo	0,931628617							
R-Quadrado	0,867931879							
R-quadrado ajustado	0,853257644							
Erro padrão	2,32631E+11							
Observações	11							
ANOVA								
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>			
Regressão	1	3,20086E+24	3,20086E+24	59,14664997	0,00003028878			
Resíduo	9	4,87056E+23	5,41174E+22					
Total	10	3,68792E+24						
	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95.0%</i>	<i>Superior 95.0%</i>
Interseção	2.256.880.073.056,02	1,67541E+11	13,47064736	2,85984E-07	1,87788E+12	2,63588E+12	1,87788E+12	2,63588E+12
Transporte	88,27327611	11,47794579	7,690685923	3,02888E-05	62,30835888	114,2381933	62,30835888	114,2381933

Fonte: Elaborado pelo Autor

Anexo 7: Gastos Com Defesa Explicando o PIB

<i>Estatística de regressão</i>								
R múltiplo		0,80542209						
R-Quadrado		0,648704743						
R-quadrado ajustado		0,609671937						
Erro padrão		3,79407E+11						
Observações		11						
ANOVA								
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>			
Regressão	1	2,39237E+24	2,39237E+24	16,61947487	0,002771682			
Resíduo	9	1,29555E+24	1,4395E+23					
Total	10	3,68792E+24						
	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95.0%</i>	<i>Superior 95.0%</i>
Interseção	7,03499E+11	6,77796E+11	1,037922374	0,32638664	-8,29781E+11	2,23678E+12	-8,29781E+11	2,23678E+12
Defesa Nacional	95,7335808	23,4831123	4,076699016	0,002771682	42,61109022	148,8560714	42,61109022	148,8560714

Fonte: Elaborado pelo Autor

Anexo 8: Investimento Federal nos setores produtivos em R\$ (Valores atualizados com base no IGPM-Di Out/14)

Ano	Defesa Nacional	Habitação	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Indústria	Comunicações	Transporte
2000	29.810.492.846,49	4.504.580.948,17	3.489.692.460,81	14.247.097.369,19	904.278.112,08	1.131.133.247,94	9.220.372.755,98
2001	30.021.346.648,55	901.620.956,34	4.018.663.108,85	13.838.776.581,77	1.203.620.213,88	1.151.580.952,99	10.001.940.387,12
2002	25.830.839.204,28	260.362.789,08	3.084.811.876,72	11.261.433.047,59	854.799.164,07	1.159.597.041,74	10.528.602.798,59
2003	21.551.346.554,00	227.721.176,61	3.712.666.963,17	12.117.991.319,58	818.328.661,05	1.194.893.181,88	5.677.598.388,93
2004	22.527.658.867,84	812.257.754,01	4.326.978.832,03	12.673.077.598,45	2.570.081.279,31	823.950.336,64	6.060.484.285,15
2005	25.173.030.186,90	930.256.541,84	5.344.702.978,77	13.592.709.867,07	2.439.797.175,67	785.469.566,64	10.973.449.962,03
2006	26.213.505.497,49	1.838.790.102,16	5.835.535.613,48	15.650.750.273,52	3.180.643.472,07	720.301.043,32	10.884.012.946,99
2007	28.559.147.063,44	887.155.819,84	6.223.355.556,78	16.484.042.997,91	4.076.804.018,12	1.301.892.334,15	17.973.829.804,30
2008	29.482.802.005,99	1.388.722.530,44	6.739.175.631,47	12.595.308.530,46	2.953.286.438,00	659.015.360,36	17.312.310.316,11
2009	34.874.614.124,65	1.367.742.845,96	8.101.103.923,76	19.187.115.961,78	2.052.132.950,14	665.168.827,26	22.167.098.762,03
2010	38.894.862.737,50	214.339.462,16	8.948.732.329,21	17.290.047.508,53	2.084.830.425,17	1.120.250.464,23	25.016.180.846,64
TOTAL	312.939.645.737,13	13.333.550.926,60	59.825.419.275,06	158.938.351.055,84	23.138.601.909,56	10.713.252.357,12	145.815.881.253,88

Fonte: Departamento do Tesouro Nacional – Despesas por Função (2014)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **A Economia Brasileira**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2000/rel2000cap1p.pdf>> Acesso em: 11 Set. 2014

BEZERRA, R.A.R. **Incentivos para a promoção da qualidade do gasto público: fortalecendo o vínculo entre recursos e resultados**. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/biblioteca/estudos_e_pesquisas/Texto_PrincipaI_com_Sumario_versao_Final_230310.pdf> Acesso em 23 Set. 2014

BORBA, Claudio. **Direito tributário: teoria e 600 questões**. 7ª ed., Rio de Janeiro: Impetus, 2001;

BORGES, G.R; ARAUJO, Fernando de; SOLON, S.A. **Desperdício de soja nas estradas: análise de perdas de soja nas regiões sudeste e centro-oeste**. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013_TN_STO_177_009_22552.pdf> Acesso em: 17.Nov. 2014

BRASIL, **Código Tributário Nacional**. Disponível em : <http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/ctn_L5172.pdf> Acesso em: 22 Jun. 2014

_____. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em : 29 Set. 2014

_____. Ministério do Planejamento. **Secretaria de Orçamento Federal – SOF**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=8&ler=t9716>> Acesso em: 30 Abr. 2014

_____. Ministério do Planejamento. **Manual técnico de orçamento**. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/mto_2014/MTO_2014_em_29_07_2013.pdf> Acesso em: 02 Jun. 2014.

_____. **Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012**. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm> Acesso em 13 Nov. 2014

BRUSTOLIN, Marcos Vitelo. **Abrindo a caixa preta: o desafio da transparência dos gastos militares no Brasil**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/defesas/01-Vitlio_Marcos_Brustolin.pdf> Acesso em 17 Nov. 2014.

CACCIAMALI, M.C. **Distribuição de renda no Brasil: Persistência do elevado grau de desigualdade**. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon/media/livros/file_529.pdf> Acesso em 28 Out. 2014

CARRAZZA, Roque Antonio. **Competência Tributária – Definição – Características.** Disponível em: <<http://www.professorsabbag.com.br/arquivos/downloads/1275313696.pdf>> Acesso em 15 Nov. 2014

CARVALHO, Antonio Gledson de. **Governança corporativa do Brasil em perspectiva.** Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=V370319.pdf> Acesso em: 25 Jun. 2014.

CHAIMOVICH, Hernan. **Brasil, ciência, tecnologia: alguns dilemas e desafios.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n40/v14n40a14.pdf>> Acesso em 17 Nov.2014

COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DO ICMS – COTEPE. **Boletim de Arrecadação do ICMS.** Disponível em: <<http://www1.fazenda.gov.br/confaz/boletim/>> Acesso em 11 Jul. 2014

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. **Economia em Foco.** Disponível em:<http://www.cnt.org.br/Imagens%20CNT/ECONOMIA%20FOCO/ECONOMIA_EM_FOCO_24_maio_2013.pdf> Acesso em: 17 Nov.2014

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA. Resolução do Senado Federal de nº 13/2012 Disponível em: <<http://www1.fazenda.gov.br/confaz/>> Acesso em 01 Set. 2014

DANTAS, G.E.K. **A vinculação de receitas pós-constituição federal de 1988: rigidez ou flexibilidade da política fiscal? O caso da CIDE- Combustíveis.** Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIVPremio/qualidade/3qualidadeXIVPTN/Monografia_Tema4_Karlo_Eric.pdf> Acesso em 20 Set. 2014

DEJAVARAN, Shantayanan *et al.* **The composition of public expenditure and economic growth.** Disponível em: <<http://www1.worldbank.org/publicsector/pe/pfma07/ShantaVinayHengfu.pdf>> Acesso em 10 Set. 2014

DIAS, F.A.S. **Desvinculação de receitas da união, ainda necessária?** Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-103-desvinculacao-de-receitas-da-uniao-ainda-necessaria>> Acesso em: 18 Out. 2014

Fundação de Economia e Estatística (FEE). **Atualização de Valores.** Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>> Acesso em: 15 Nov. 2014

FEIJÓ, Paulo Henrique; PINTO, Liane Ferreira; MOTA, Francisco Glauber Lima. **Curso de SIAFI – Uma abordagem Prática da Execução Orçamentária e Financeira.** 2 ed. Brasília: Coleção Gestão Pública, 2008

FELELLINI, A. **Economia do Setor Público.** São Paulo: Atlas, 1994.

FERREIRA, Abel Henrique. **O princípio da capacidade Contributiva frente aos tributos vinculados e aos impostos reais e indiretos.** Disponível em: <<http://www.fesdt.org.br/artigos/06.pdf>> Acesso em: 15 Mai. 2014.

FIEP. **Veja o quanto você paga de imposto.** Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/sombradoimposto/veja-o-quanto-voce-paga-de-imposto-1-14466-115735.shtml>> Acesso em: 20 Jun. 2014

FONSECA, S.B.D. **Carga tributária brasileira: necessidade de planejamento tributário.** Disponível em: <<http://www.ccje.ufes.br/economia/MONOGRAFIAS/2009-1/SERGIO%20BULLUS%20DA%20FONSECA/Sergio%20Bullus%20da%20Fonseca.pdf>> Acesso em 28 Ago. 2014

GIL, Antônio C.. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HERITAGE FOUNDATION. **2014 Index of Economic Freedom.** Disponível em: <<http://www.heritage.org/index/download>> Acesso em 19 Set. 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Séries Estatísticas.** Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=SCN52&t=prod-oprod-interno-bruto-br-valores-correntes>> Acesso em: 18 Set. 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Guia das melhores práticas de governança para Institutos e Fundações Empresariais.** Disponível em <http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/GUIA%20GIFE%20_%202014%281%29.pdf> Acesso em: 20 Jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO. **Cálculo do IRBES (Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade).** Disponível em: <<https://www.ibpt.org.br/img/uploads/novelty/estudo/787/ESTUDOFINALSOBRECARGATRIBUTARIAPIBXIDHIRBESMARCO2013.pdf>> Acesso em: 25 Jun. 2014.

_____. **Organização internacional confirma números do IBPT sobre carga tributária.** Disponível em: <<https://www.ibpt.org.br/noticia/1481/Organizacao-internacional-confirma-numeros-do-IBPT-sobre-carga-tributaria>> Acesso em 27 Set. 2014.

JUNIOR, J.O.C. **Os gastos públicos no Brasil são produtivos?.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/77/88>> Acesso em 18 Ago. 2014

MANNARELLI FILHO, Teucle. **Análise da Correlação e regressão da expansão açucareira da região oeste de São Paulo.** Disponível em: <http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v7_artigo01_analise.pdf> Acesso em: 10 Out. 2014

MENDES, Marcos. **Eficiência do gasto público: o governo focado na solução das “falhas de mercado”.** Disponível em:

<http://www.dei.rn.gov.br/content/aplicacao/searh_escola/arquivos/pdf/paper_eficien_ciagastopublico_mmendes.pdf> Acesso em: 15 Set. 2014

NETTO, Delfim Antônio. **Tributação e Crescimento**. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/clipping/15052012>> Acesso em: 01 Jul. 2014.

OLIVEIRA, M.S; GOMES, J.F. **Investigação econométrica dos fatores que influenciam no número de beneficiados do programa bolsa família nos municípios baianos: uma análise do ano de 2009**. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2013/anais-2013/c04.pdf> Acesso em 8 Nov. 2014.

PECEGUINI, Edison. **Orçamentos e sistemas de informação sobre a administração financeira pública: Análise comparativa de métodos de previsão aplicados à arrecadação do ICMS – Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/VIPremio/sistemas/2siafpVIPTN/PECEGUINI_Edison.pdf> Acesso em: 28 Out. 2014

PORTAL BRASIL. **Economia e Emprego**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/02/em-2013-pib-cresce-2-3-e-totaliza-r-4-84-trilhoes>> Acesso em: 22 Out. 2014

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Ranking IDH Global 2012**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2012.aspx>> Acesso em: 29 Jun. 2014.

RAMPINELLI, Thiago. **Análise da dinâmica do setor de arroz no Brasil: uma estimativa das funções de oferta e demanda para o período de 1975 a 2007**. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia303020>> Acesso em 25 Out. 2014

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Sistema e Administração Tributária – Uma visão geral**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/estatisticas/20SistemaAdministracaoTributaria.pdf>> Acesso em: 25 Mai. 2014.

_____. **Resultado de Arrecadação – Histórico**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/>> Acesso em 18 Ago. 2014

_____. **Arrecadação por Estado – Anos Anteriores**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/PorEstado/2010/default.htm>> Acesso em 18 Ago. 2014

SANTOS, F.L Rita de Cássia. **Plano Plurianual e Orçamento público**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/72585452/PLANO-PLURIANUAL-E-ORCAMENTO-PUBLICO-Rita-de-Cassia-Leal-Fonseca-dos-Santos>> Acesso em 22 Out. 2014

SENA, Paulo. **A união e a aplicação dos recursos vinculados à manutenção do ensino**. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/118/120>> Acesso em: 14 Ago. 2014

TESOURO NACIONAL. **Contabilidade Governamental – Despesas por grupo**, Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/execucao_orcamentaria_do_GF/Despesa_Grupo.xls> Acesso em 20 Out. 2014

TESOURO NACIONAL. **Contabilidade Governamental – Despesas por Função**. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/execucao_orcamentaria_do_GF/Despesa_Funcao.xls> Acesso em 20 Out. 2014

_____. **Financiamento da educação no município**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/pdf/308449.pdf>> Acesso em: 23 Out. 2014

_____. **A união e a aplicação dos recursos vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/pdf/311479.pdf>> Acesso em 02 Nov. 2014

THE WORLD BANK. **Governance and Development**. Disponível em: <http://www.gsid.nagoya-u.ac.jp/sotsubo/Governance_and_Development_1992.pdf> Acesso em: 28 Jun. 2014.

_____. **Fiscal And Financial Management Technical Assistance Loan**. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2009/08/11/000333037_20090811234914/Rendered/PDF/ICR11090P073291C0disclosed081101091.pdf> Acesso em 15 Set. 2014

UNESCO. **Política sem ciência e tecnologia no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/science-and-technology/science-and-technology-policy/>> Acesso em 16 Nov. 2014

VELOSO, Fernando A. **Uma análise econométrica do Crescimento Econômico Brasileiro**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/sceesp/ce/paper/viewFile/1212/398>>

VERGARA, Sylvia C.. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 5^o ed. São Paulo: Atlas, 2004

